



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
CURSO DE PEDAGOGIA

TÁBATA AKIANE DE SOUSA GUIMARÃES

**UM ESTUDO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS NA ESCOLA MUNICIPAL UEB EVANDRO BESSA.**

São Luís

2019

TÁBATA AKIANE DE SOUSA GUIMARÃES

**UM ESTUDO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS NA ESCOLA MUNICIPAL UEB EVANDRO BESSA.**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,
como requisito para obtenção do título de licenciado
em Pedagogia da Universidade Estadual do
Maranhão.

Orientadora: Profa. Ms. Ana Carla Vale Lago.

São Luís

2019

Guimarães, Tábata Akiane de Sousa.

Um estudo do processo de alfabetização na educação de jovens e adultos na Escola Municipal UEB Evandro Bessa / Tábata Akiane de Sousa Guimarães. – São Luís, 2019.

62 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Ana Carla Vale Lago.

1. Alfabetização. 2. Letramento. 3. Educação. I. Título

CDU: 374.7

TÁBATA AKIANE DE SOUSA GUIMARÃES

**UM ESTUDO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS NA ESCOLA MUNICIPAL UEB EVANDRO BESSA.**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como requisito para obtenção do título de licenciado em Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão.

Aprovado entregue em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ms. Ana Carla Vale Lago (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

(1º Examinador)

(2º Examinador)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus e a minha família que me incentivaram, apoiaram e nunca me deixaram sozinha nessa longa jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois ele me deu a força necessária para chegar até aqui, meios as dificuldades.

E não posso deixar de agradecer a minha família e em especial, a minha mãe Klessia Guimarães da Silva, meu pai João Francisco Oliveira da Silva, minha irmã Fabiana de Souza Ventura que passou várias noites acordada durante esses cinco anos me ajudando nos meus trabalhos e me fazendo companhia até tarde da noite e a minha avó que também sempre me incentivou a crescer academicamente.

À orientadora, Profa. Ms. Ana Carla Vale Lago, por estar ao meu lado durante esse trabalho e acreditar que ele era possível e ter dedicado tempo e atenção. Sou muito agradecida por isso.

Agradeço profundamente a todo o corpo docente do curso de pedagogia que fez parte da minha caminhada e em especial a Profa. Ms. Heloisa Varão e a Profa. Ms. Maria José Rabelo.

As minhas amigas do coração Adriana Aguiar Silva, Maria Regina Serra Lisboa, Priscila Silva Pereira e Leidiane Lima, por estarem comigo durante essa caminhada.

E por fim a todas as pessoas que fizeram parte tanto direta como indiretamente na realização desse sonho, deixo meu profundo agradecimento.

O educando se torna realmente educando quando e na medida em que conhece, ou vai conhecendo (...), e não na medida em que o educador vai depositando nele a descrição dos objetos, ou dos conteúdos.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho teve como temática Um Estudo do Processo de Alfabetização na Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Unidade Educação Básica Evandro Bessa, abordando uma breve retrospectiva da história da EJA no Brasil, apontando os obstáculos pelo qual passou essa modalidade. Transcorrendo sobre as práticas dos docentes referentes ao letramento e alfabetização da EJA. Será abordado as dificuldades enfrentadas tanto pelos alunos, como pelos professores na Educação de Jovens e Adultos e alguns teóricos que contribuíram para essa modalidade de educação como Moacir Gadotti, Magda Soares e Paulo Freire .Abrangendo também os desafios que os alunos enfrentam e a importância do educador levar em consideração os conhecimentos prévios que os alunos trazem para a sala de aula. Todo o trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa de campo com professores e alunos e com base bibliográfico disponível, com o intuito de contribuir no trabalho feito em escolas que oferecem Educação de Jovens e Adultos, no sentido de se repensar e agir em cima de práticas pedagógicas apropriadas para formação desses sujeitos.

Palavras- chave: Alfabetização. Letramento. Educação.

ABSTRACT

This work was the subject of A Study of the Literacy Process in the EJA at the Evandro Bessa Municipal School and E B, addressing a brief retrospective of the history of the EJA in Brazil, pointing out the obstacles through which this modality passed. Based on the teachers' practices regarding EJA literacy and literacy. It will address the difficulties faced by both students and teachers in youth and adult education. It also covers the challenges students face and the importance of the educator to take into account the prior knowledge students bring to the classroom. All the work was developed from the field research with teachers and students and with available bibliographic base, with the intention of contributing in the work done in schools that offer Education of Young and Adults, in the sense of rethinking and acting on practices appropriate for the training of these subjects.

Key Words: Literacy. Literacy. Education.

LISTA DE SIGLAS

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CES- Centros de Estudos Supletivos

EJA- Educação de Jovens e Adultos

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

MCP- Movimento de Cultura Popular

MEC- Ministério da Educação

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização

ONG'S- Organizações não governamentais

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE- Plano Nacional de Educação

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	14
2.1 O surgimento da educação de jovens e adultos.....	14
2.1.1 A relevância dos estudos de Paulo Freire para a EJA	27
2.2 Concepções sobre alfabetização e letramento.....	29
3 METODOLOGIAS VOLTADAS PARA A ALFABETIZAÇÃO NA EJA	31
3.1 Construção de práticas de alfabetização na perspectiva da EJA.....	31
3.2 Dificuldades na alfabetização de jovens e adultos.....	35
4 CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA	39
4.1 Caracterização do campo pesquisado.....	39
4.2 Caracterização do sujeito da pesquisa.....	40
4.3 Análise de coletas de dados.....	41
4.3.1 Práticas de letramento: escola x cotidiano.....	46
5 CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICES	59
ANEXOS	64

1 INTRODUÇÃO

A educação de Jovens e adultos é uma modalidade de ensino, que por muito tempo foi esquecida, e até mesmo passou despercebida na história. No entanto está legalmente regulamentada e tem como objetivo pessoas que por algum motivo não tiveram oportunidade e não puderam estudar.

É preciso ressaltar que os alunos da Educação de Jovens e Adultos já possuem seus próprios conhecimentos. E quando ingressam na escola, grande parte ainda não são alfabetizados, nem letrados, e é de responsabilidade do professor colocar em prática metodologias afim de identificar as capacidades, dificuldades e potencialidades dos seus educandos.

E a relevância desse trabalho é expor as reflexões de Paulo Freire presentes na alfabetização de jovens e adultos, analisando os desafios do processo de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos, a fim de saber quais praticas os professores usam no cotidiano escolar, levando em consideração as mudanças sucedidas ao longo da Educação de Jovens e Adultos no decorrer da história e conhecer quem são verdadeiramente o público que procura ou dá seguimento aos seus estudos nessa fase. Os alunos do EJA muitas vezes sofrem preconceito, vergonha, críticas e essas situações estão presentes no cotidiano familiar, por esse motivo o saber educar é imprescindível, e muita mais importante do que só transmitir um conteúdo de um livro didático, que frequentemente se encontra descontextualizado com a vivência do aluno. O educador precisa compreender o seu cotidiano, buscando o crescimento como ser humano, profissional e especialmente o desenvolvimento e satisfação pessoal.

Na alfabetização de jovens e adultos, os obstáculos ainda se fazem presentes principalmente no ensinar a fazer com que aprendam a ler e a escrever, no entanto, os recursos e métodos estão mais disponíveis e as oportunidades cresceram consideravelmente, no decorrer dos anos.

A alfabetização de jovens e adultos no Brasil é uma demanda ainda existe e os principais motivos, são que esses alunos não conseguiram fazê-la na escola em tempo regular, trazendo consigo suas frustrações como experiência de vida por não terem conseguido dominar a palavra escrita. Dessa forma, oportunizar aos cidadãos o acesso a uma alfabetização de qualidade e que forme um cidadão crítico e capaz com acesso às tecnologias e suas linguagens, poderá favorecer as suas interações diárias no trabalho e no meio social na qual vivem.

A motivação para o desenvolvimento desse estudo surgiu pela curiosidade em como ocorre o processo da alfabetização e do letramento no universo da EJA e quais dificuldades na

aprendizagem os alunos enfrentam, buscando entender como o corpo docente trabalha para solucionar os problemas enfrentados, e compreender as dificuldades que os alunos passam.

Na pesquisa em questão, for norteado por vários autores entre eles Paulo Freire com suas obras Pedagogia da autonomia, Pedagogia do Oprimido e outras obras dele, Moacir Gadotti com a obra Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta, realizando um estudo bibliográfico, mas é por meio da pesquisa de campo é que alcançaremos os objetivos da pesquisa, procurando a leitura e reflexão, buscando através delas desvendar o problema proposto por intermédio das visitas realizadas à sala de aula, e conversas com os educadores alfabetizadores do EJA e alunos. Visa investigar o problema proposto, fazendo uso de várias ferramentas, como artigos e livros relacionados ao tema trabalhado, com o intuito de contribuir com essa reflexão na vida acadêmica. A pesquisa abordar no segundo capítulo o histórico da educação de jovens e adultos de maneira concisa, no capítulo três fala sobre as metodologias voltadas para o público da EJA e último capítulo apresenta os métodos usados no campo de pesquisa e seus resultados.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.

2.1 O surgimento da educação de jovens e adultos.

Para entender esta pesquisa, se faz necessário que voltemos ao passado e entendamos como se deu o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos em nosso país e as modificações que ela passou no decorrer do tempo, que influenciaram no que ela é hoje, lembrando que a aprendizagem se dá numa perspectiva de mudança, alfabetizar jovens e adultos não é somente um ato de ensino, mais de formar cidadãos mais conscientes e críticos.

De acordo com a autora ARANHA (2006) A Companhia Missionária de Jesus tinha basicamente a função de catequizar iniciando os índios na fé e alfabetizá-los na língua portuguesa todos os que viviam na colônia brasileira ao longo do processo de colonização, depois da chegada dos padres jesuítas, em 1549. Os mesmos se voltaram para a catequização e instrução de adultos e adolescentes, visando não só os nativos, como também os colonizadores, especificando os ensinamentos nos objetivos para cada grupo social, por meio dos subprodutos das escolas de ordenação fundadas pelo Padre Manoel da Nóbrega. No século. XVIII, os jesuítas possuíam 17 colégios e seminários, 25 residências e 36 missões, também tinham seminários menores e escolas de alfabetização em quase todo o território. Os colégios de formação religiosa recebiam os filhos da elite e estudavam também os que não queriam se tornar padres, mas que não dispunham de outra opção senão seguir as orientações jesuíticas, que progrediram para o plano de estudos da Companhia de Jesus, que vinculava um curso básico de Humanidades ordenado, com um de Filosofia juntamente com um de Teologia.

De acordo com Ghiraldelli Jr. (2008, p. 24) a educação brasileira de fato só teve seu começo a partir da vinda dos jesuítas para o Brasil, cujo seu principal interesse era difundir o catolicismo pelo mundo “novo”, iniciado aqui por meio da catequização dos povos indígenas, nas palavras do autor:

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil. (GHIRALDELLI JR.,2008,p.24).

No entanto os jesuítas começaram a ser vistos como ameaças para os colonizadores, quando eles começaram a perceber a utilização de seus ensinamentos para a domesticação e resistência dos povos indígenas em relação a imposição do trabalho forçado pelo colonizador.

Marques de Pombal percebendo o que estava acontecendo agiu de forma rápida e rígida contra os jesuítas, expulsando-os do Brasil, e depois disso a organização da educação ficou sob o domínio do Estado de forma a respeitar e impor seus próprios interesses. No período seguinte da história do Brasil, o Pombalino, as manifestações de ensino a jovens e adultos desaparecem, pois nessa época a catequização perde sua intensidade a partir da expulsão dos jesuítas em 1759 e a educação começa a ser dividida por classes.

As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas. (Strelhow, 2010, p.51)

Desse modo, não encontramos registros de que adultos da época recebessem algum tipo de instrução específica, além das possíveis instruções a cerca das atividades de trabalho. Nesse período instala-se o que futuramente estudiosos críticos da educação vão denominar como o surgimento da elitização da educação. Uma educação para poucos, os abastados.

Com a primeira constituição brasileira, a Imperial de 1824, há de maneira breve e bem ampla um movimento sobre a educação que diz o seguinte: instrução primária e gratuita a todos os cidadãos. Segundo Strelhow:

(...) essa lei, infelizmente ficou só no papel. Havia uma grande discussão em todo o Império de como inserir as chamadas camadas inferiores (homens e mulheres pobres livres, negros e negras escravos, livres e libertos) nos processos de formação formais. (2010, p. 51)

Embora a lei não tenha sido cumprida, houve por meio dessa constituição um maior interesse legal sobre a educação pública no Brasil, de acordo com Paiva (1973) tornando-se tema jurídico das constituições brasileiras posteriores e colaborando para algumas iniciativas no sentido da educação a trabalhadores adultos nos anos seguintes.

A história da educação brasileira foi sendo definida por uma situação característica que era o conhecimento formal dominado pelas classes dominantes, essa contextualização nos concede a situação em que se iniciou a educação brasileira. Durante todo o período imperial de acordo com ARANHA (2006) houve varias discussões nas assembleias provinciais, sobre o modo como aconteceriam os processos de integração das denominadas classes inferiores homens e mulheres pobres livres, negros e negras escravos, livres e libertos da sociedade nos processos formais de educação. O Ato Adicional¹ de 1834 passou a responsabilidade da

¹ O Ato Adicional 1834 foi um marco que desencadeou uma vasta discussão entre centralização e descentralização do Brasil Imperial, foi uma única emenda aprovado, pela lei de número 16 de 12 de agosto e

educação básica às Províncias e destinou ao governo imperial os direitos sobre a educação das elites nessa divisão estrutural, a exceção ficou com o Colégio Pedro II, pois ele, deveria servir de modelo às escolas provinciais.

A trajetória da EJA no Brasil aconteceu de forma constante, e não havia ações do governo voltadas especificamente ao desenvolvimento de políticas educacionais que viessem atender o público da EJA.

Estas discussões foram se intensificando nas décadas de 20 e 30, com a Revolução de 30 que gerou mudanças políticas e econômicas. E processo de industrialização no Brasil a EJA começa a marcar seu espaço na história da educação brasileira.

As reformas da década de 20 tratam da educação dos adultos ao mesmo tempo em que cuidam da renovação dos sistemas de um modo geral. Somente na reforma de 28 do Distrito Federal ela recebe mais ênfase, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos 30 (PAIVA, 1973, p. 168).

E com a criação do Plano Nacional de Educação estabelecido na Constituição de 1934, determina como dever do Estado que o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória também se estende ao público dos adultos como direito constitucional. A oferta de ensino básico e gratuito abrangeu praticamente todos os setores sociais. Sobre a educação, dispõe em seu capítulo II do título V:

Art. 149 – A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

No que se refere à competência legislativa, nesta Constituição houve uma excessiva centralização de responsabilidade da propagação da educação na União, ficando a seu encargo traçar as diretrizes da educação nacional, mesmo que permitisse a participação dos Estados-Membros, podendo estes legislar sobre a mesma matéria, desde que seja de forma supletiva ou complementar.

A primeira e Constituição Brasileira em 1824 foi apresentada após a proclamação da independência, no qual o artigo 179 afirma que a “instrução primária era gratuita para todos os cidadãos”, mesmo a constituição garantindo esse direito, era bem visível naquela época que

1834, estabeleceu mudanças significativas, principalmente no que se referiu ao capítulo V da constituição, que definia as atribuições dos Conselhos Gerais de Província.

nem todos tinham acesso, principalmente as pessoas que integravam a parte pobre, mais no decorrer do século houve muitas reformas Soares (2002, p. 8) cita que:

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino.

Já nos anos de 1930, começou o interesse de se organizar a educação com o intuito de atender as demandas geradas pelo setor produtivo, que se tornou forte naquela época por causa das políticas de substituição de importação, entregues partindo da necessidade de organizar o Estado que se deparava frente às consequências da Primeira Guerra Mundial. A Constituição de 1934, apesar de ter sido considerada mais progressista no que diz respeito a educação, acabou perdendo espaço para a nova constituição de 1937, que tirava a responsabilidade do Estado para com a formação educacional no país. Ghiraldelli Jr.(2008, p.78) cita que:

A Constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

Com o propósito de favorecer o Estado retirando toda sua responsabilidade, foi formulada a constituição de 1937, colocando em evidencia o ensino profissionalizante. Com o objetivo de preparar os jovens para trabalhar nas indústrias, sem levar em consideração o interesse de transmitir o conhecimento científico, pois a educação seria para poucos, e o povo sem educação estaria mais inclinado a fazer o que lhe era imposto. Conforme a constituição de 1937,

Art. 129. A infância e a juventude, a que faltarem os recursos necessários á educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições publicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada ás suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional era destinado ás classes menos favorecidas e, em matéria de educação, o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos voltados ao ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

Na década de 40 foi anunciada uma campanha de alfabetização que consistia em alfabetizar uma pessoa em três meses, pois o no país o numero de analfabetos estava alarmante e de acordo com Scortegagna e Conceição (2006, p. 04), o país nessa época estava vivenciando um período de agitação “política da redemocratização”. Em 1947, o governo apresenta a 1ª Campanha Nacional de Educação de Adultos.

A Campanha de Educação de Adultos pretendia-se numa primeira etapa, uma ação extensiva que previa a alfabetização do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois seguiria uma etapa de “ação em profundidade” voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. (SCORTEGAGNA; CONCEIÇÃO, 2006, p. 4).

É importante destacar que o analfabetismo na década acima citada era visto como uma causa do subdesenvolvimento do próprio país e o analfabeto era considerado como um sujeito incapaz, excluído do direito de votar, além do mais, o trabalho de alfabetização com esses adultos era oferecido de forma infantilizada. E na década de 1950, a essa Campanha de Educação de Adultos passou por varias críticas e acabou sendo extinta.

No final da década de 50 e já no início de 60, as políticas públicas voltadas para a educação de adultos sofreram mudanças abrindo espaço para se pensar com um novo olhar aos problemas que cercavam à alfabetização. Com essa nova visão, sobre o analfabetismo, as pessoas não alfabetizada era consideradas agora uma formadora de conhecimento e, correlacionada às mesmas ideias, trazendo junto consigo a firmação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos, tendo como referência o educador Paulo Freire.

Segundo Freire (1979), as pessoas analfabetas não deveriam ser consideradas como imaturas e ignorantes, ele chamava a atenção de que o desenvolvimento educativo desse individuo deveria acontecer conforme as necessidades desses alunos. E é nesse sentido que Scortegagna e Oliveira (2006) afirmam que:

Freire, trazendo este novo espírito da época acabou por se tornar um marco teórico na Educação de Adultos, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, que unia pela primeira vez a especificidade dessa Educação em relação a quem educar, para que e como educar, a partir do princípio de que a educação era um ato político, podendo servir tanto para a submissão como para a libertação do povo. (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p.5).

Além disso, na década de 60 aconteceram grande mobilizações sociais em torno da educação de adultos. O período foi marcado pelos movimentos de Educação Popular, resultando em iniciativas apoiadas pela igreja, estudantes e intelectuais. Entre alguns desses movimentos um dos que chamaram a atenção foi Movimento de Cultura Popular (MCP, 1960), era vinculado

a Prefeitura de Recife na qual Paulo Freire era o coordenador do Projeto de Educação de Adultos do MCP. O mesmo tinha como intuito a alfabetização com novas metodologias de aprendizagem, mas essas atividades se limitavam a cidade de Recife e ao Rio Grande do Norte, pois o projeto possuía pouco recurso financeiro para abranger outros estados, estas experiências de educação e cultura popular passaram a questionar a ordem capitalista, fomentando a articulação das organizações e movimentos sociais em torno das Reformas de Base segundo Paiva (1973). Em 1964, o movimento foi extinto pelo golpe militar, os militares cessaram com o movimento porque viam o mesmo como uma ameaça aos objetivos do governo, e Paulo Freire é exilado por causa do golpe militar.

No período de 1964 no regime militar surge o movimento de alfabetização intitulado “MOBRAL²”, com o principal objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil. A metodologia utilizada pelo MOBRAL consistia no ler e escrever, no entanto Paulo Freire o precursor da educação de jovens e adultos, também começa a lutar pelo direito de alfabetização, pois ele era um educador que sempre lutou pelo fim da educação elitista, visando o desenvolvimento de uma educação libertadora e democrática, que pretendia partir da realidade vivida do aluno, e segundo Aranha (1996, p.209):

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um “fazedor de cultura” e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra.

Dessa forma vemos que Freire, exalta a formação crítica dos educandos tendo como base da sua metodologia o diálogo, sendo que no MOBRAL a metodologia usada era de cartazes, fichas, família silábica, e não consistia no diálogo. Nesse sentido, pode-se perceber que a falta diálogo como método de ensino de jovens e adultos era um aspecto importante que o diferenciava do método de Paulo Freire, que visava uma formação crítica do aluno, sendo que o aluno aprenderia a ler e escrever desprovido de uma visão de mundo crítica e interventora,

² O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um programa criado em 1964 pelo Governo Federal com o objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. No entanto essas metas ficaram longe de serem atingidas e não alterou as bases do analfabetismo pois sua preocupação principal era apenas o ensinar a ler e a escrever, sem nenhuma relação com a formação do homem.

sua intenção era, portanto, formar sujeitos capazes de consumir e se adaptar as novas formas de produção.

O projeto MOBRAL permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas.(BELLO,1993)

O MOBRAL foi planejado com algumas metas julgadas de grande relevância para a comunidade adulta analfabeta da época. Na perspectiva educacional do regime militar, tinha o intuito de erradicar o analfabetismo, agregar os analfabetos de forma ativa na sociedade, e proporcionar oportunidades a eles por meio da educação, procurando assim, direitos para a população considerada menos favorecida economicamente e particularmente as pessoas de analfabetismo funcional, com a apropriação de técnicas básicas de leitura, escrita e cálculos matemáticos. Contudo, como toda instituição, o Mobral também tinha seus objetivos gerais:

[...] proporcionar alternativa educacional, através de atendimento numa linha de autodidaxia, às camadas menos favorecidas da população; e ampliar a atuação do Posto Cultural, imprimindo-lhe características de uma agência de educação permanente, com programas voltados para um aperfeiçoamento constante da população (CORRÊA, 1979, p. 358 apud RANGEL, 2011, p. 14).

O MOBRAL do mesmo modo possui seus objetivos específicos:

[...] possibilitar a aquisição/ampliação de conhecimentos, tomando-se como base o Programa de Educação Integrada e o reingresso no sistema regular de ensino; e colocar ao alcance da clientela materiais que despertem e favoreçam o desenvolvimento de mecanismos necessários a uma educação permanente, proporcionando ao alfabetizador, já atuante, aprimoramento profissional (CORRÊA, 1979, p. 358 apud RANGEL, 2011, p. 14).

Conforme os métodos que foram empregados no ensino do Mobral, de acordo com Aranha (1996, p. 207), as práticas eram quase as mesmas adotadas por Paulo Freire, entretanto a forma aplicada era deformada e tinha algumas particularidades, pois o governo vigente disponibilizava o seu avesso, ou seja uma educação não muito completo, já que fazia uso do método das fichas de leitura, mas não levava em consideração o conhecimento prévio que o aluno possuía e muito menos existia o processo de conscientização, tão defendido pelo educador Paulo Freire.

Por meio da lei de diretrizes e bases-LDB 5692/71 no capítulo IV foi estabelecido o supletivo, essa lei era voltada especificamente ao ensino de jovens e adultos. Que prevê:

Art. 25. O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.

Em 1974, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) apresentou a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES), que se organizavam com três principais ideias: tempo, custo e efetividade. De acordo com todos dos acontecimentos daquela época, e de inúmeros acordos feitos com MEC para a melhoria do ensino para essa modalidade, os cursos ofertados eram fortemente influenciados pela prática do tecnicismo, usando os módulos instrucionais, o atendimento individualizado, a auto-instrução em duas etapas - modular e semestral. Como resultado, ocorreram, então, as evasões, o individualismo, o pragmatismo e por fim certificação rápida e superficial de pessoas que não estavam de fato qualificadas.

Gadotti (1996) no ano de 1985 veio o fechamento do projeto Mobral, cedendo assim, o lugar para a Fundação Educar, que defendia a alfabetização da EJA. Com a publicação da constituição de 1988 o estado aumentou o seu comprometimento com a educação voltada para os jovens e adultos. Na década de 1990 os escolhidos pelo governo fizeram parcerias entre Ong's (organizações não governamentais), municípios, universidades, grupos informais, fóruns estaduais e nacionais, em favor de aperfeiçoar a educação de jovens e adultos, a fim de oferecer a eles oportunidades de uma melhor qualidade de vida.

O Governo Federal na elaboração da constituição de 1988 a educação de jovens e adultos foi garantida como um direito no artigo 208.

“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;”

Conforme o que é citado acima a partir da constituição de 1988 surgiu o tema educação, com interesse social e por meio daí se estabeleceu que a Educação Básica fosse ofertada também através da EJA. A Constituição Federal (RIBEIRO, 2001) instituiu também a educação presencial, e a de forma não presencial, mas não tinha muita preocupação com a qualidade de ensino, mesmo assim essa conquista foi muito relevante Educação de jovens e Adultos para a para a obtenção do Direito Universal ao Ensino Fundamental Público e gratuito, independentemente da idade.

Quanto à sistematização curricular da educação básica, a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, aborda a educação de jovens e adultos no Título V, capítulo II como modalidade da

educação básica, indo além da dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental.

No **art.26**. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Determina que os currículos da educação básica (no ensino fundamental e no ensino médio) possuem uma base nacional comum, que deve ser empregada por todos os sistemas de ensino, e uma parte que abranja as especificações regionais e locais referentes à: sociedade, à cultura, à economia e à clientela, relacionadas aos respectivos sistemas de ensino. Esse artigo faz referência na importância de se considerar a realidade do educando. Com base nas orientações gerais Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 concerne aos sistemas de ensino estabelecer, em seu contexto, a estrutura, o currículo, a proposta pedagógica que mais se adequa a sua realidade e o devido acompanhamento, tendo como suporte também as diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos. A própria instituição de ensino pode organizar uma estrutura e duração do curso desde que obedeça aos parâmetros da legislação educacional.

No que diz respeito aos conteúdos e propostas curriculares, é preciso deixar em evidência orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) propostos para os anos do ensino fundamental e para o ensino médio. Que apresentam medidas que irão propiciar elementos que proporcionem a concepção e realização de propostas curriculares adequadas às particularidades dos alunos dessa modalidade de ensino. O ensino presencial pode ser disponibilizado durante todo o ano que corresponde ao ensino regular, mais precisa ser focado em metodologias diferenciadas, podendo o ensino ser oferecido semestralmente sendo que em cada semestre corresponde a um ano.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais irromperam no Brasil com o intuito de responder às ambições do governo e da sociedade oferecendo uma educação de melhor qualidade as pessoas nosso país. O Ministério da Educação e do Desporto (MEC) divulgou em 1997 e 1998, nessa ordem, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) referentes a 1ª a 4ª séries (BRASIL. MEC, 1997a) e os de 5ª a 8ª séries (BRASIL. MEC, 1998), após de ter difundido a Versão Preliminar do documento em 1995 (BRASIL. MEC, 1995). O documento planejava apresentar a proposta para a elaboração de uma base comum nacional voltada para o ensino fundamental da sociedade brasileira e servir como orientação para que as instituições escolares desenvolvam seus currículos, levando em consideração as particularidades de suas realidades, visando o

ensino de 1ª a 8ª série uma formação para formar um cidadão democrático. E no art.4º do PCN 9394/96 fala que:

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Os PCNs tem como objetivo entender melhorias nas práticas de ensinar de todas as matérias da estrutura curricular obrigatória, como também oferecer condições suficientes aos educadores e aos fazem parte das áreas da educação, para que possam possibilitar uma revisão abrangente no processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de satisfazer os dois lados, quem ensina e quem aprende, mediante uma melhor ligação com o mundo através estudo, e para a educação de jovens e adultos garante que os alunos tenham um ensino que se adapte as suas realidades sociais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 que, contempla a educação de jovens e adultos e isso está registrado no Art. 37, e aos parágrafos desse artigo são específicos ao dizer:

Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Parágrafo 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Então os alunos da Educação de Jovens e Adultos têm por direito o acesso a uma educação que leve em consideração suas experiências tanto na sua vida pessoal como profissional e ao mesmo tempo garante que o poder publico precisa implementar formas para garantir que esse aluno permaneça em sala de aula e termine seus estudos.

Só no século XX é que a educação de jovens e adultos atingiu uma relevante valorização. A história da educação de jovens e adultos no Brasil é considerada recente, e ao longo dos anos as escolas noturnas eram os únicos meios utilizados para alfabetização, que aconteciam em espaços considerados informais, pois a transmissão do conhecimento era feita por pessoas que sabiam ler e escrever, e repassavam aos que não conheciam, e essas seções de estudos eram realizadas após um dia árduo de trabalho, o que exigia força de vontade e esforço por parte dos educandos.

Com a expansão da industrialização as pessoas foram atraídas aos centros urbanos causando migrações da zona rural, e isso acontecia pois tinham a expectativa de conseguir uma qualidade de vida melhor, só que com essa migração trouxe um outro fator que era alfabetizar esses trabalhadores, o que acarretou o crescimento das escolas de alfabetização de jovens e adultos.

A educação de jovens e adultos é um direito obrigatório assegurado por lei, na qual deve-se considerar as experiências não-formais que os alunos possuem, incluindo no currículo suas vivências e práticas, de forma a possibilitar a interação e o diálogo no convívio com os educandos.

A concepção de educação de jovens e adultos vai se movimentando em direção a uma educação popular na proporção em que a realidade começa a impor à sensibilidade e a competência científica por parte dos educadores e educadoras. Sendo que uma dessas exigências vem a ser a percepção crítica dos educadores do que vem acontecendo no cotidiano do meio popular (GADOTTI, 2003).

Paulo Freire como precursor da educação voltada para os jovens e adultos defende que o conhecimento por meio da educação é um mecanismo do homem sobre o mundo, e a partir de toda essa ação causa uma mudança, portanto o ato de ensinar não é uma ação neutra, e sim um ato político.

O atual Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado de acordo com a lei de nº 13.005/2014, trouxe consigo a primeira versão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a qual assinalava a conclusão e aprovação de uma nova fase o mencionado Plano aponta, no art. 2º, alguns aspectos relevantes para nortear os objetivos da política educacional, conforme se confirma nos primeiros incisos:

Art. 2º. São diretrizes do PNE: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação [...]. (BRASIL. 2014).

Compreendemos que o documento citado determina estratégias que contempla todas as etapas, níveis e modalidades educacionais, assim como a formatação de um currículo que abranja a diversidade de conteúdos curriculares e todas as modalidades de ensino. Vale ressaltar o fato de que enquanto o PNE concebe possibilidades para direcionamento de investimentos e esforços em conjunto com intuito de melhorar a qualidade de ensino no país, integrando todas as modalidades e níveis de ensino, no entanto a BNCC limita e reduz as capacidades de

estruturação curricular. Estruturação esta que respeite e valorize as especificidades da EJA, que tem princípios estabelecidos em tempos e espaços diferentes e singulares, publico alvo próprio e diverso. Em 2000, as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação, pensadas e criadas para todos os níveis escolares obtiveram como resultado a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes da Educação Básica, que decretava a respeito dos diferentes níveis e modalidades, envolvendo desde a educação infantil até o ensino médio. Nesse sentido, de acordo com Peroni e Caetano

:

A BNCC tornou-se brasileira em que diferentes sujeitos individuais e/ou coletivos vêm se articulando para buscar espaço em uma área fundamental da educação e da escola: o currículo. A disputa pelo currículo um campo de disputas na educação torna-se importante, pois nele pode ser impresso o conteúdo e a direção a ser dada à educação e à escola. Com esse objetivo, sujeitos individuais e coletivos organizados em instituições públicas e privadas vêm se articulando por meio de seminários, debates e relatos de experiências internacionais. (PERONI e CAETANO, 2015, p.341).

Percebemos que a elaboração de uma base nacional já estava sendo pensada desde a promulgação de nossa Carta Magna, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 210 e, ainda, pela LDB 9.394/96, art. 26, e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), na estratégia 7.1. contendo esses pré-requisitos legais, a BNCC irrompe a partir de um documento surgido, proveniente da junção de forças entre as classes sociais, carregando objetivos educacionais explícitos presentes entre as classes antagônicas, apesar que ao final tenham prevalecido, particularmente, o que fora adotado pela classe dominante.. Levando em consideração faixa etária do público atendido a partir dos 15 anos, ao adentrarem na escola na modalidade de ensino da EJA esses sujeitos trazem com eles suas especificidades. E para Arroyo;

[...] quando se refere à jovens e adultos, nomeia-os não como aprendizes de uma etapa de ensino, mas como educandos, ou seja, como sujeitos culturais e sociais, jovens e adultos. Essa diferença sugere que a EJA é uma modalidade que construiu sua própria especificidade como educação, com um olhar sobre os educandos (ARROYO, 2005, p. 224).

Logo, ao pensar um currículo escolar para o sujeito adulto, suas experiências de vida devem ser colocadas em pauta de forma prioritária, onde o que vai ser ensinado deve se tornar atrativo e significativo, de forma que o educando sintam-se motivado a ingressar e permanecer na escola. Ainda, segundo Arroyo,

O currículo deve dialogar entre os diversos âmbitos que traspassam pela sociedade, e que por sua vez retravam no cotidiano escolar. Arroyo (2005) falava que os sujeitos da EJA dispõem de uma concepção inclinada para as identidades de classe, raça, etnia e gênero. Por

isso, é imprescindível pensar em uma proposta educacional baseada numa relação dialógica onde essas especificidades se torne respeitadas, e que a atuação desses sujeitos seja indispensável, do contrário, as vozes desse público permanecerão silenciadas. Ainda, segundo o autor,

As dificuldades do diálogo e de inserção nas redes de ensino são enormes, ficando inúmeros projetos nas periferias das grades, dos conteúdos mínimos, das cargas horárias, dos processos de avaliação de rendimentos [...] Projetos lindos, progressistas, inspirados em concepções totalizantes de formação que tem vida curta porque não cabem na rigidez das etapas de ensino. Por que não questionar essa rigidez instituída em vez de encaixar nela a EJA? (ARROYO, 2005, p. 227).

De acordo o que foi citado pode-se perceber, por meio da fala de Arroyo que várias questões são relevadas quando são escolhidos os conteúdos e práticas no currículo para se trabalhar com os educandos da EJA. Na versão da BNCC, lançada em 2016, há algumas alterações referentes a EJA, pois onde estava grafado “crianças e adolescentes” foi inserida a expressão jovens e adultos, convertendo então para: “crianças, adolescentes, jovens e adultos”.

Segundo o plano municipal de educação de São Luís-MA, a modalidade EJA tem três objetivos, o primeiro é “reparar”, que consiste no ser humano ter acesso livre a um bem real, social e simbolicamente importante para ele, o segundo objetivo é “equalizar” que se relaciona à igualdade de oportunidades oferecendo aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética entre outros, e o terceiro e último objetivo “qualificadora”, que tem como função uma educação contínua, baseada no caráter incompleto do ser humano, na qual o seu potencial de desenvolvimento e de adequação pode-se atualizar dentro do espaço escolar ou não.

O jovem adulto ao adentrar na escola carrega consigo seus saberes construídos ao decorrer da interação feita no seu espaço social, saberes estes que frequentemente contribuíram, inclusive, com o professor, mesmo que o educando as vezes não entenda “ a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos” (FREIRE, 1996, p. 33), então cabe ao educador possibilitar a mediação desse conhecimento adquirido trazendo a importância de ser usado em outros ambientes com os conteúdos trabalhados na sala de aula. Nessa concepção, Paulo Freire desenvolveu um método de alfabetização pautado nas experiências de vida das pessoas. Em vez de buscar a alfabetização por meio de cartilhas e ensinar, por exemplo, que não condizia com o cotidiano do aluno usando frases como “o boi baba” e “vovó viu a uva”, ao invés disso ele trabalhava as chamadas “palavras geradoras” a partir da realidade da pessoa. Por exemplo, um trabalhador de fábrica ele trazia palavras como “tijolo”, “cimento”, e se fosse um agricultor aprenderia “cana”, “enxada”, “terra”, entre outras. A partir da

decodificação fonética dessas palavras, iam se construindo novas e ampliando o repertório do aluno.

O método Paulo Freire tem como objetivo estimular na alfabetização dos adultos uma discussão de suas experiências de vida entre eles, através de palavras presentes na realidade dos alunos, que são decodificadas para então ser usadas na escrita e na compreensão do mundo.

2.1.1 A relevância dos estudos de Paulo Freire para a EJA

No que se refere ao educador Paulo Freire e suas obras, é relevante considerar a importância de sua perspectiva, em que relação à educação como ferramenta para mudança social. Sob esse olhar, para Freire, a educação deve focar sempre na libertação, e na transformação da realidade, para fazê-la mais humana, possibilitando que homens e mulheres sejam vistos e aceitos como sujeitos de sua história e não considerados como meros objetos. Para ele a educação, em uma visão mais ampla, deve propiciar uma leitura mais crítica do mundo. E para Paulo Freire (2002) a alfabetização vai além de um simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler, pois possibilita ao educando o desenvolvimento do seu senso crítico, e tendo mais segurança para lutar pelos seus direitos como cidadão ativo na sociedade.

Freire (2002) sempre mostrou preocupação em relação a importância de uma aprendizagem significativa, durante sua discussão referente à escolarização do aluno jovem e adulto, Freire salientou a relevância de se associar o ensino- aprendizagem da leitura e da escrita à reflexão profunda nos modos de ver o mundo e nas condições dos jovens e adultos na tomada de decisões do próprio destino.

Para Paulo Freire a educação, deve mostrar a realidade. O professor, neste caso, deve querer e buscar uma sociedade melhor, por meio da educação, pois idealização de uma nova realidade deve ser o objetivo do educador. Freire (2002) um dos nossos maiores desafios como educador é organizar os procedimentos voltados para a EJA sem sufocar a capacidade do aluno adulto. Nessa perspectiva o educador necessita possuir o sonho de transformação de homens e mulheres através da educação capazes de fazer um amanhã melhor. Seguindo essa linha de raciocínio, cabe evidenciar que a filosofia educacional por parte de Freire se baseia em dois elementos fundamentais: a conscientização e o diálogo. Levando em consideração esse pensamento Freire fala:

O educador já não é mais o que educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos (FREIRE, 2005, p.79).

Então pode-se afirmar que o educador é parte ativa no processo de aprendizagem do educando, assim como ele também faz parte do aprendizado do educador, e nos estudos de Freire “a leitura de mundo sempre caminha lado a lado com a leitura da palavra (FREIRE, 2000, p.90). O professor precisa direcionar o educando à leitura do seu contexto histórico e social, de acordo com seu espaço e suas histórias de vida como um todo. E isso deve ser considerado o ponto de partida e chegada para o processo de alfabetização. E deve valorizado o conhecimentos de todos; o saber que o educando carrega de sua realidade não pode ser deixado de lado, como se não tivesse importância. Por esse ponto de vista, Freire defende que tanto o aluno quanto o professor são considerados pesquisadores críticos. Ele convoca o sujeito analfabeto a sair da apatia e do conformismo o desafiando a entender que ele próprio também faz parte do processo de fazedor de cultura.

Ao discutir o tema da Educação no Brasil, e especificamente da Educação de Jovens e Adultos, não deve-se salientar, que a concepção da educação brasileira, não seria a mesma sem a visão social de Freire. Compete evidenciar que o educador elaborou uma proposta voltada para a alfabetização de adultos que influência até os dias de hoje em programas de alfabetização e educação popular.

Freire identificava os analfabetos como responsáveis de produzir sua própria cultura, o que se opunha de maneira enfática as imagens dos analfabetos que era mostrada na sociedade até então fundamentais, na qual predominava fortemente o preconceito. No que se refere essa questão, Paiva, fala sobre esse preconceito, propagado pela Cruzada Nacional de Educação:

Por exemplo, a cruzada só na década de 50 (após mais de 25 anos de atividade) reconhece publicamente o “perigo dos semi-letrados”. Sua larga sobrevivência em torno de uma concepção “filantrópica” e “humanitarista” da educação, apoiada numa visão deformada da realidade social, na qual a educação aparece como causa de todos os problemas, demonstra o quanto suas posições teóricas encontravam eco nos setores que a promoviam e o quanto estava difundido (e as campanhas ajudaram a fortalecer) o preconceito contra o analfabeto (PAIVA, 1987, p. 121).

Como foi falado anteriormente, para Paulo Freire a educação teria como principal objetivo proporcionar a liberdade as pessoas de uma consciência ingênua, que era cultivada por uma sociedade repressora, agrária e oligárquica, ele defendia que a educação poderia transformar os indivíduos e terem uma consciência crítica. A respeito do papel da educação em meio a sociedade dentro da visão Freiriana, Stephanou e Bastos (2005, p. 269), expõe que deve-se valorizar o analfabeto, pois ele é capaz de produzir conhecimentos e o educador precisa estimular o educando para que o mesmo alcance seus objetivos, pois a educação portar um

caráter de diálogo e não ser simplificada a uma mera interação entre cliente – banco. Segundo o próprio Freire:

A educação passa a ter sentido ao ser humano porque o seu existir se caracteriza como possibilidade histórica de mudanças. “Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio” (FREIRE, 2000, p. 121).

Portanto no que tange o método de educação de Freire, referentes a educação de jovens e adultos, Veiga (1987, pp. 250 - 251), enfatiza que dentre outras metodologias, principalmente aqueles criadas por grupos cristãos e que sofreram uma influência efetiva no Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP), o método de Freire, conforme já falado anteriormente, foi o que mais influenciou os profissionais que atuavam na área da educação.

2.2 Concepções sobre alfabetização e letramento.

Na concepção freiriana a alfabetização, tem um significado mais extenso, com o domínio da escrita, do código, mas que viabilize ao educando uma leitura crítica do mundo. Segundo Magda Soares, citada por Marlene Carvalho (2010, p. 63), “no Brasil os conceitos de alfabetização e letramento se misturam, se sobrepõe e constantemente se confundem.”. Que de acordo com Carvalho, não é um fator positivo, visto que ela defende o processo de alfabetizar e letrar, apesar de interligados, são diferentes, ou “específicos”. Ressalta que “alfabetizar e ensinar o código alfabético; letrar é habituar o aluno com os variados usos sócias da leitura e da escrita.”

De acordo com Maria Conceição e Maria Ines, (2009, p. 105):

A questão fundamental no processo de alfabetização é a compreensão da estrutura dos códigos com a representação da língua e não como uma representação gráfica, ou seja, não é a escrita que significa o que queremos dizer, é sim o que entendemos e representamos que simbolizamos através do sistema alfabético.

Em que presuma à relevância de se alfabetizar letrando, são organizações diferentes na compreensão de alguns autores. Enquanto que outros sustentam a ideia da ausência de tais diferenças e evidenciam a uniformidade de tratamento entre os dois, por terem o mesmo sentido e importância.

Silva (2010) aborda que a maior dificuldade enfrentada pelos educadores “é o de combinar esses dois processos: alfabetização e letramento, possibilitando aos alunos tanto apropriação do sistema organizacional alfabético-ortográfico da língua, quanto o controle das

práticas de leitura e escrita relacionadas ao seu cotidiano”. Sabendo que alfabetização e letramento são metodologias distintas, ainda assim inseparáveis, requerem também procedimentos diferenciados para cada um deles.

Nessa perspectiva de Soares (2003) salienta uma discussão interessante e certa no que se refere à alfabetização e letramento quando aponta que o ensino a muito tempo está sendo transmitido de forma equivocada, a medida que primeiro se alfabetiza e posteriormente passar para o método do letramento. Tendo em conta que ambos são institutos distintos, ela reforça que “esse é um equívoco sério, uma vez que as duas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo, portanto uma não é pré-requisito da outra”. E ela continua afirmando que “a alfabetização é algo que deveria ser ensinado de forma ordenada, e não ser diluída no processo de letramento”.

Importante salientar que as motivações de cada aluno são distintas e assim sendo o aprendizado, a alfabetização e o letramento também acontecerá para cada um conforme seus interesses. Cada classe social faz uso do conhecimento de acordo com suas conveniências e suas possibilidades, por causa disso as diferenças aparecem. A medida que alguns educandos já convivem com livros, revistas, internet, outros nunca manejaram algo parecido. E fazer os alunos concentrados à presença da escrita e dos meios dos quais compõe sua vida cotidiana e fazê-los perceber os diversos usos sociais da escrita e leitura é intrínseco no processo de letramento, sempre buscando métodos para que compreendam que a leitura e escrita se fazem necessária hoje, não unicamente num futuro distante, com a intenção de que sintam motivados para a dedicação que a aprendizagem requer.

Para se formar leitores e escritores é necessário disponibilizar instrumentos, para terem condições de inovar, buscar informações, conhecer, explorar, terem sua própria opinião, mais não esquecendo que essa busca do conhecimento, tem como objetivo, dar base para os pensamentos críticos dos alunos, e vivam as emoções transmitidas por meio das leituras e consigam se expressarem através da oralidade ou da escrita.

Tanto a criança quanto adulto necessita que processo de leitura e escrita seja eficaz, e para que isso aconteça é imprescindível a união da alfabetização e do letramento. O jovem e o adulto precisam ser orientados a aprender conciliar o conhecimento que já carrega consigo com o que a escola, por meio de suas mais diversas técnicas tem a oferecer.

Apesar da demora do Estado em se preocupar com a educação de jovens e adultos, hoje o envolvimento com essa modalidade, é bastante evidenciado, principalmente, buscando agregar leitura, escrita e letramento de maneira harmoniosa e eficiente.

3 METODOLOGIAS VOLTADAS PARA A ALFABETIZAÇÃO NA EJA

3.1 Construção de práticas de alfabetização na perspectiva da EJA.

O professor da modalidade de ensino de Jovens e Adultos deve sempre planejar suas aulas com antecedência e pensar em como irá abordar os assuntos em sala aula, onde desperte o interesse dos seus alunos e que seja relacionando com sua realidade, mais infelizmente no contexto educacional da EJA a infantilização nas práticas pedagógicas ainda acontece e isso prejudica a aprendizagem do aluno adulto e Oliveira (2007, p.88) afirma que:

Esse é, possivelmente, um dos principais problemas que se apresentam ao trabalho na EJA. Não importando a idade dos alunos, a organização dos conteúdos a serem trabalhados e os modos privilegiados de abordagem dos mesmos seguem as propostas desenvolvidas para as crianças do ensino regular. Os problemas com a linguagem utilizada pelo professorado e com a infantilização de pessoas que, se não puderem ir à escola, tiverem e têm uma vida rica em aprendizagens que mereciam maior atenção, ao muitos.

As metodologias que o educador vem utilizando ao decorrer da história sofreram transformações, se adaptando ao contexto social e buscando encontrar melhorias no seu modo de ensinar. Mais por mais que essas práticas tenham passado por mudanças, o adulto ainda se vê infantilizado, pois a maior parte dessas metodologias ainda possuem uma grande influência das práticas que usamos para alfabetizar as crianças. Com isso em pensamento vejamos o que Cagliari (1998, p.13) fala sobre a alfabetização em um modo geral:

Estudando atentamente os sistemas de escrita, percebe-se que quem os inventou sempre teve a preocupação de fornecer a chave da decifração juntamente com o próprio sistema. Os sistemas de escrita nunca tiveram nada de muito estranho ou misterioso em si, pelo contrário, sempre foram simples e práticos. Por essa razão, ensinar as novas gerações a usar o sistema de escrita sempre foi uma tarefa fácil de certa forma banal.

E essa afirmação me leva a refletir sobre a educação dos adultos. De acordo com o autor citado acima é fácil e simples ensinar o sistema de escrita para as novas gerações, mas como ficar os adultos da EJA? Eles, apesar de ter muita bagagem de experiência, não possuem essa mesma facilidade que o jovem ou a criança dispõe. E por essa razão faz-se necessário o uso de uma metodologia que alcance completamente o objetivo de incluir esses adultos no mundo da escrita. Em conformidade com Oliveira (2017, p.82):

Alguns dos problemas que enfrentamos nas escolas e classes decorrem dessa organização curricular que separa a pessoa que vive e aprende no mundo daquela que

deve aprender e apreender os conteúdos escolares. No caso da EJA, um outro agravante de interpõe e se relaciona com o fato de que a idade e vivência social e cultural dos educandos são ignoradas, mantendo-se nestas propostas a lógica infantil dos currículos destinados às crianças que frequentado as escolas regular.

Educar uma criança pode-se comparar a analogia de se plantar em um terreno fofo que já está preparado, ou seja, um terreno fértil. Faltando somente jogar a semente e cuidar para crescer forte e saudável. Já como o adulto o processo é um pouco mais complicado. Se compara ao um terreno de chão duro, permeado por pedras, se para se planta nele seria necessário a fofa a terra retira as pedras, e então jogar a semente e ter o cuidado para que cresça da melhor forma possível. O adulto, como já foi falado algumas vezes trás consigo aprendizagem do seu cotidiano, e algumas experiências que muitas vezes foram decepcionantes causando medo do fracasso. Assim, é necessário tirar esses receios e mostra a eles que tem capacidade de aprender, para então partir de fato para a prática da alfabetização.

E nesse ponto de vista, Cagliari (1998, p.15) ajuda dizendo:

A antiguidade, os alunos alfabetizavam-se aprendendo a ler algo já escrito e depois já copiando. Já começavam com palavras e depois passavam para texto famosos, que eram estudados exaustivamente. Finalmente, passavam a escrever seus próprios textos. O trabalho de leitura e copia era o segredo da alfabetização.

As metodologias usadas no passado ainda são realizadas hoje sem nenhuma mudança. Nas salas de aula da EJA pode-se perceber que os alunos ainda copiam palavras que não fazem partes da leitura de mundo que possuem. E depois eles repetem essas palavras nas atividades propostas. E nessa pratica na qual se reproduz um modelo nem sempre se garante a aprendizagem, e sim, apenas uma repetição de algo sem sentido ou profundidade alguma com a realidade do sujeito. E Freire (1989, p. 13) complementa dizendo que “A insistência na quantidade de leituras sem o devido cuidado na escolha dos textos a serem trabalhados e compreendido e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita. Visam que urge ser separada”.

É importante se pensar em metodologias apropriadas para o desenvolvimento dos conhecimentos dos alunos da EJA, pois ainda existem educadores com dificuldades de trabalhar em sala de aula com esses educados, pois ainda insistem em fazer uso de praticas metodológicas que não com dizem com as vivencias dos seus alunos. Então quando se pensa em práticas relevantes para esse publico tão distinto deve se levar em consideração que.

O bebe e a criança (como também o adulto) só querem o que a natureza lhes destinou: aprender: construir essas estruturas de conhecimento. E para isso basta um ambiente adequado – basta estar acompanhado de um intelecto maduro e inteligente, aberto às possibilidade da mente e temperado pela sabedoria do coração: basta reconhecer que

para o ser humano tudo pode ser possível – contanto que se pergunte sempre: isto é adequado ? (Pearce, 1999 p.33).

Então se pode afirmar que para se ter um aprendizado de qualidade necessita-se que alguém capaz de propiciar um ambiente que motive os conhecimentos dos alunos e ao mesmo tempo respeitando suas particularidades e incluído cada uma delas no contexto escolar ajudando a construir conhecimentos novos e juntados com o que já sabem e esse papel de conduzir o aluno é do educador, lembrando que não se pode esquecer que cada educando tem suas experiências e que são importantes para o seu desenvolvimento.

E voltando novamente a pergunta: O que é adequado para o adulto ? Segundo Cagliari (1998, p.33) fala que “um educador que não consegue descobrir como avaliar com exatidão se um método é eficaz ou não, é considerado um educador mal preparado e incompetente”. Não acredito que o educador não saiba qual método não é apropriado. Ele somente não sabe utilizar outro método. Tendo medo do novo e de criar coisa novas. Da mesma maneira que o aluno tem medo de fracassar, o educador também tem.

Oliveira (2007, p.87) apresenta uma ideia de qual seria a melhor maneira de se trabalhar com esse adulto, quando fala:

Considerando a singularidade das conexões que cada um estabelece, em função de suas experiências e saberes anteriores e, também, a multiplicidade de conexões possíveis, não faz sentido pressupor um trajeto único e obrigatório para todos os sujeitos em seus processos de aprendizagem. Cada um tem uma forma própria e singular de tecer conhecimento através dos modos como atribuir sentido às informações recebidas, estabelecendo conexões entre os fios e tecituras anteriores e os novos esse entendimento coloca novas exigências àqueles que pretendem formula propostas curriculares que possam dialogar com os saberes, valores, crenças e experiências dos educandos, considerando-os com fios presentes nas redes dos grupos sociais das escolas/ classes, dos professores e dos alunos e, portanto, relevantes para a ação pedagógica.

Por esse motivo, entende-se que mesmo falando de um grupo de pessoas que abrigam características parecidas, as metodologias empregadas na alfabetização de cada um deles, precisam ser diferenciadas, de acordo com experiência e a particularidade de cada um. O educador precisa estar atento a isso, para que evite cometer o mesmo erro que as campanhas passadas de alfabetização, onde o método utilizado era continuamente reproduzido em qualquer lugar do país sem considerar suas especificidades. Giubilei (1993, p.77) também contribui com esses pensamentos sobre a maneira de ensinar esses adultos, quando fala:

“Todo trabalho escolar envolvendo o adulto pode ser melhor desenvolvido quando o professor toma conhecimento das características que o definem, o que pode diminuir a ansiedade do professor e do aluno durante o processo ensino – aprendizagem.”

Então se a procura é pelo melhor método, primeiramente é necessário estabelecer o que significa a palavra “método”. Segundo Ferreira (1986, p.1128) determina como “caminho para conseguir chegar a um fim”. Mas que caminho será esse? E o que seria esse fim? Como estamos nos referindo a adultos, o caminho seria o modo de ensinar, e o fim, aprendizagem. E falando do ensinar, é válido refletir em Freire. Na Pedagogia da Autonomia, ele discorre sobre as obrigações para ensinar. E no meio dessas obrigações pode-se destacar: o respeito aos conhecimentos dos educandos, a importância de ter uma reflexão que leve a uma análise do seu contexto social juntamente com sua prática e saber escutar o outro. E Freire completa esse pensamento dizendo:

[...] à escolar, o dever de não só respeitar os saberes com os educando, sobretudo os das classes populares, chegar a ela – mas também, como há mais trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1996, p.15)

É preciso partir da realidade do aluno para elaborar práticas eficazes para o aprimoramento dos seus conhecimentos. De viver no mundo cercado “de outros mundos” bem distintos do seu, mais semelhantes? Ou a realidade de ser analfabeta? Creio que, quando Freire aborda o assunto dos saberes socialmente construído, ele refere-se aos saberes que o aluno carrega do seu cotidiano. E é nesse aspecto, que o professor pode começar o ensino, fazendo o uso dos conhecimentos e vivências do educando, para poder discutir algo mais profundo. E Freire (1996, p.15) continua o pensamento quando diz:

Porque não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas das cidades descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não a lixões do coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos?

E depois dessas reflexões, é válido afirmar que o caminho certo a seguir na prática docente é levar em consideração as particularidades e experiências dos educandos, ao contrário de ficar repetindo os conteúdos os ensinamentos regulares, sem levar em conta a especificidade de cada adulto. E Freire (1989) fala que o papel do educador é se apropriar do conhecimento de forma a entender o contexto do seu aluno, pois o aprendizado vai além de memorizar palavras, pois envolve a compreensão por parte do educador da realidade do seu aluno a fim de envolvê-lo de forma ativa no processo de ensino-aprendizado incentivando-o a participar de forma ativa na construção do seu conhecimento.

O educador precisa, ter ciência da relevância do seu papel no processo de ensino-aprendizagem do aluno, e que ele deve ser o mediador do conhecimento, sempre levando em

consideração as vivências dos seus educando, proporcionando a eles uma aprendizagem significativo e que os ajude a melhorar a sua realidade, por isso suas metodologias devem estar atrelada a realidade de seus alunos.

3.2 Dificuldades na alfabetização de jovens e adultos.

Os educando da EJA, já reúne em si próprio um contexto histórico, sua prática social. E esses alunos são os que retornam as escolas com o intuito de procurar melhorias na realidade de suas vidas, por meio do recurso da aprendizagem. De acordo com o entendimento de Gadotti (2008, p.31):

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego [...]. (GADOTTI 2008, p.31)

Cada aluno possuem realidades distintas, uma vez que convivem num mundo profissional, familiar, entre outros grupos, com responsabilidades sociais quanto familiares diferentes, com valores morais e éticos criados com base em experiências pessoais, referentes ao lugar onde vivem sua realidade sociocultural na qual estão inseridos.

O senso comum, a importância do cotidiano, rotineiro, o conhecimento das ruas, o estímulo para enfrentar os dilemas diários contrastam com o saber disseminado pela escola. É um conhecimento sim, implementado, mas não é estruturado, não contém o reconhecimento necessário no mundo letrado, e nem sempre é constatada sua importância pelo próprio aluno.

Além disso, muitos dos alunos, encaram problemas relacionados a saúde, como por exemplo: pouca audição, baixa visão, ou muitas outras indisposições que atrapalham o aluno a compreender o conhecimento.

De acordo com a fala de Freire (2002), que mostrava em suas pesquisas como essencial característica da EJA “o sujeito como protagonista de seu próprio aprendizado”, educando os alunos para ser conscientes, propiciando uma formação de sujeitos críticos, educando-os para a liberdade. O aluno necessita do suporte da escola para sobreviver, e atingir seus objetivos, satisfazendo, assim, seus anseios.

Frequentemente os alunos comparecem a escola com problemas, baixa autoestima, oprimido, e às vezes isso ocorre pela situação de se sentir excluído, retardatário, e que chega a escola cansada por ter trabalhado o dia todo, e defronte uma situação nova, e diferente, se sente oprimido e desanimado e não acreditam no que são capazes de fazer. Schargel & Smink (2002)

falam que os problemas que mais causam o desejo do abandono escolar estão mescladas com os elementos da pobreza, mudanças societárias, entre outros motivos.

Nessa perspectiva, Werneck (1999, p.23) explica que:

Muitas vezes a escola se apresenta aos alunos como um pesado elefante. A primeira impressão deixada para o estudante é de alguma coisa impossível de ser ultrapassada. Poucos terão a alegria e certeza de poder enfrentar esse peso, mais próximo do desgosto do que felicidade. (WERNECK, 1999, p.23).

Essa realidade encontrada no educando na modalidade jovem e adulto é diferente no que se refere ao ensino regular, na qual as crianças, no seu próprio tempo, compreendem, e assimilam com a naturalidade que lhe é inerente.

Boa parte dos alunos da EJA apresenta baixo desenvolvimento cognitivo, o que pode ser explicitado como causa neurológica ou pelas diversas condições, como ambiente, sociedade, cultura. E de acordo com, Scoz:

[...] os problemas de aprendizagem não são restringíveis nem a causas físicas ou psicológicas, nem a análises das conjunturas sociais. É preciso compreendê-los a partir de um enfoque multimodal, que amalgame fatores orgânicos, cognitivos, afetivos, sociais e pedagógicos, percebidos dentro das articulações sociais. Tanto quanto a análise, as ações sobre os problemas de aprendizagem devem inserir-se num movimento mais amplo de luta pela transformação da sociedade. (SCOZ, 1994, p. 22).

Contudo esses jovens e adultos que atravessam a barreira da baixa autoestima e da coerção por intermédio da aprendizagem formal, como descreve Paulo Freire na sua obra “Pedagogia do Oprimido” que procura a libertação por meio da sua práxis pela necessidade de obter o conhecimento e reconhecimento de batalhar por ela, essas pessoas, vivem num contexto de situações precárias referentes à saúde, alimentação, moradia, trabalho.

Desse modo, quando o educador inicia o instruir, não está ele a frente de meros expectadores, que querem somente aprender, mas de pessoas que sobrevivem em condições e ocorrências que denotam dificuldades, e acima de tudo, que buscam uma vida melhor e de qualidade. Essa é a observação que faz Moacir Gadotti (2008, p.32), da seguinte forma:

Um programa de educação de adultos, por essa razão, não pode ser avaliado apenas pelo seu rigor metodológico, mas pelo impacto gerado na qualidade de vida da população atingida. A educação de adultos está condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno-trabalhador. Os programas de educação de jovens e adultos estarão a meio caminho do fracasso se não levarem em conta essas premissas, sobretudo na formação do educador. (GADOTTI, 2008, p.32),

Quando se contextualiza a duro cotidiano do educando pode-se perceber que este busca oportunidades que melhorem sua vida com a ajuda dos conhecimentos transmitidos nas

escolares, tentando retomar o tempo perdido, numa idade, de vez em quando avançada, tentando adquirir o aprendizado que não conseguiu obter anteriormente.

O trabalho do educador é difícil, complicado e por vezes desafiador, pois abrange questões das mais diversas no que diz respeito à educação, levando em consideração a diferença da educação para as crianças e adolescentes, no ensino regular. É por meio do estudo, da teoria e da metodologia que o educador favorecer os educandos no desenvolvimento do processo de aprendizagem, que por certo período fará parte, e se caso já tenha atuado ou atue na educação infantil ou no ensino fundamental, o educador terá uma nova visão de ensino, uma nova realidade.

Essa pode ser um dos primeiros obstáculos que o professor irá enfrentar em uma sala da EJA. Como também um mundo diferente, outro tipo clientela em que busca do ensino, mas não somente apenas uma educação formal, assim como a esperança de melhorar a sua vida, e consequentemente esses educandos possuem expectativas diferentes das infantis. E isso não é objeto característico ao currículo na formação do professor. E quando este encontra problemas na vida familiar dos seus alunos, ou com rostos cansados, após um dia de trabalho, que busca do conhecimento a qualquer custo.

São mundos diferentes, contextos sociais distintos, comparados ao ensino da educação infantil ou fundamental, como Pedro Demo (2002, p.17) explica:

Supõe que o professor se interesse por cada aluno, busque conhecer suas motivações e seus contextos culturais, estabeleça com ele um relacionamento de confiança mútua, tranquila, sem decair em abusos e democratismos. Trata-se sempre de aprender junto, instituindo o ambiente de uma obra comum, participativa. A experiência do aluno será sempre valorizada, inclusive a relação natural hermenêutica de conhecer a partir do conhecido. O que se aprende na escola deve aparecer na vida. (DEMO, 2002, p.17)

E Gadotti complementa dizendo que (2008, p.17):

No mínimo, esses educadores precisam respeitar as condições culturais do jovem e do adulto analfabeto. Eles precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular. (GADOTTI, 2008, p.17).

Uma das dificuldades apontadas também por parte do educador são os conhecimentos e experiências culturais que os alunos trazem com eles, e os obstáculos que aparecem e que devem ser trabalhados em sala de aula. No entanto os educadores, frequentemente por estarem preocupados e ansiosos em trabalhar de forma detalhada os conteúdos curriculares, descartam o rico conhecimento prévio que o aluno traz a escola.

Outra dificuldade a ser tratada com seriedade é o relacionamento afetivo que deve acontecer entre educando e educador, conforme Buber afirma (1959, apud FAZENDA,

2003,p.38) “ a verdadeira relação educadora só pode acontecer por meio de uma amizade entre o aluno e educador...” e continua ao dizer que “o educador, quando guarda seu próprio lugar, do fundo do seu ser, acaba se colocando também ao lado do aluno, vis-à-vis.”

Portanto, é imprescindível que a amizade, a confiança, faça parte das praticas pedagógicas do professor, pois os alunos que sofrem pelos conflitos diários, sentem-se desanimados e acabam perdendo o interesse, e o foco pelo aprender, e através de um contato gentil, caloroso, empático e amigável por parte do professor ajuda a despertar e estimular a vontade de continuar e compreender os conteúdos transmitidos pelo processo de ensino aprendizagem. Afinal animosidade entre ambos com certeza dificultará o processo de alfabetização e letramento, e conseqüentemente afetará permanência na escola do aluno, frustrando assim os sonhos de lutar pela sua liberdade e melhor qualidade de vida.

E o professor necessita lidar com a baixa autoestima do aluno que muitas das vezes é posto de lado pela sociedade, na qual faz parte, e acaba sentindo-se incapaz de aprender e compreender o que se passa em sala de aula. E é obrigação do professor incentivar e estimular a participação desses alunos na aula e integrá-lo no processo de aprendizagem.

4 CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Para uma melhor abordagem metodológica utilizei dados qualitativos e quantitativos, a pesquisa é assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade. Lakatos (2001) afirma que, é de extrema importância que se faça claro os métodos e conceitos da pesquisa, para que o pesquisador formule questões referentes de fato a realidade do problema, partindo tanto do aspecto visual como prático, levando em consideração a observação, descrição, análise, e conclusão do problema estudado, fazendo uso de conceitos e exemplos de métodos quantitativos.

Segundo Gil (1999) a pesquisa qualitativa, faz parte de uma atividade da ciência, que tem como objetivo a construção da realidade, mas que se interessa nas ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser calculado, trabalhando no enfoque do universo de valores, crenças juntamente com os seus significados e outros conhecimentos profundos das relações que não podem ser reduzidos à instrumentalização de variáveis, pois a pesquisa qualitativa foca no caráter abstrato do objeto estudando e analisado as suas individualidades e experiências particulares.

De acordo com Queiroz (2006), “tais correntes se constituem em duas visões centrais que baseia-se as definições metodológicas da pesquisa em ciências humanas nos últimos tempos. E elas são: a visão realista/objetivista (quantitativa) e a visão idealista/subjetivista (qualitativa)”. Na abordagem quantitativa contem um plano previamente estabelecido, contendo hipóteses, problema de pesquisa e objetivos claramente especificados, a fim de possibilitar uma análise de dados o mais preciso possível.

4.1 Caracterização do campo pesquisado.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Unidade de Educação Básica Evandro Bessa, situada na área rural, mais precisamente na Rua Principal, Nº300, Santa Barbara, na cidade de São Luis- MA, e a mesma possui uma estrutura física adequada para está em funcionamento. Que consiste em 7 salas, uma sala de diretoria, que funciona como secretaria também, uma cozinha, dois banheiros, e uma pátio na área externa, que a noite usam como um estacionamento. No turno noturno o corpo docente se constituem de 20 professores, pois além de funcionar 3 turmas da EJA, também possuem turmas 4 turmas de ensino médio.

A partir de uma abordagem descritiva, foi observado, registrado, e analisado os dados sem modificá-los, e foi desenvolvido um estudo, fazendo uso da técnica de coleta de dados por

meio de observação, questionário e entrevista que segundo Diehl (2004) é considerado uma prática relevante, no que se refere a técnica de coleta de dados, existente nesse tipo de pesquisa.

A pesquisa partiu primeiramente por uma pesquisa bibliográfica que como já foi citado, Gil (1991) diz que é um dos primeiros passos para estruturar de fato uma pesquisa, pois o pesquisador necessita de embasamento teórico para juntar de forma precisa suas ideias e delimitar o problema de forma satisfatória.

Em seguida foi realizada uma pesquisa com característica descritiva e foram feitas entrevistas com alguns professores que atuam ou já atuaram na educação de jovens e adultos que segundo Diehl (2014) a prática de entrevistas necessariamente com indivíduos que possuem o conhecimento prático do problema pesquisado, para que seja analisado propiciando uma melhor compreensão, constitui uma das características da pesquisa descritiva. E como instrumentos foram usados o método de questionários e observação de campo.

4.2 Caracterização do sujeito da pesquisa.

Freire (1996, p.136) reitera que “ o indivíduo que se permite se abrir ao mundo e aos outros desperta com seu gesto a relação dialógica em que corrobora como inquietação e curiosidade, e como incompleto em permanente movimento na sua história”. Levando em consideração o que Paulo Freire afirma, os sujeitos participantes da pesquisa permitem cortesmente, que o pesquisador participe em suas vidas e compartilhem suas experiências e memórias em benefício do trabalho acadêmico, como indica o trecho a seguir:

[...] Testemunhar a abertura aos outros, a disponibilidade curiosa á vida, a seus desafios, são saberes necessários á prática educativa. [...] A experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por se saber inacabado. Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros á procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas (FREIRE, 1996.p. 136).

Conforme a que foi dito a cima pode-se dizer que grande maioria dos alunos da EJA carregam consigo conhecimentos diversos. E esses saberes podem e devem ser explorados em sala de aula da melhor forma possível, e que o educador também faz parte dessa troca de conhecimentos que nunca acaba. E nesse trabalho procurei fazer uso de troca de vivências e experiências entre o educador, o aluno e o pesquisador.

Os sujeitos da minha pesquisa foram os educadores do 1º seguimento da EJA do turno noturno da referida escola situada na zona rural da cidade São Luís – MA. Na escola U.E.B Evandro Bessa possui 3 salas voltadas para a EJA e é bem nítido a evasão escolar pois, na sala

A existe 45 alunos matriculados mais só 23 frequentam, na sala B existe 40 alunos matriculados e só 20 frequentam e a sala C tem 42 matriculados e só 15 são frequentes. E a maioria dos alunos faz parte da classe baixa e moram próximos a escola.

4.3 Análise de coletas de dados

No período de observação conversei com os professores informalmente e a professora P1 relatou que ela elabora e coloca em prática o seu plano de aula, tendo em vista as orientações pedagógicas propostas especificamente para a EJA, na qual a educadora afirmou:

“Levo em consideração a proposta pedagógica para a EJA, mais também não posso deixar de valorizar o conhecimento que o aluno traz consigo, pois isto é de extrema relevância para preparar o plano de aula (docente P 1)”.

No entanto quando observei a prática da professora em sala de aula, não consegui observar a mesma fazendo uso e valorizando o conhecimento dos alunos, pois mesma realizou a aula de português trazendo exemplos que não faziam parte do cotidiano da maioria dos alunos e foi bem nítido a dificuldade de alguns alunos na assimilação do conteúdo proposto pela professora.

E de acordo com MOTTA (2007):

É imprescindível que o professor escute os seus alunos e utilize mecanismos para desenvolver conhecimentos para a construção da oralidade, leitura e escrita. Reconhecer os saberes do cotidiano e os raciocínios que os alunos desenvolvem ao resolverem uma atividade contribuem para a formação de significados, avaliando o que sabem e como se pode progredir (MOTTA, 2007, p. 33).

E de acordo com a citação acima é preciso ouvir o aluno pois a partir disso que o educador analisa como deve ser as suas práticas e conteúdos devendo atender aos anseios dos alunos. E quando observei as três salas dos professores participantes da pesquisa, o educador que mais usou o cotidiano dos seus alunos para nortear suas práticas, foi a professora P3, e a P2 pouco usou os conhecimentos vividos por seus alunos e a P1 nem fazia questão de ouvir eles.

Quando questionadas sobre os gêneros textuais que utilizam para a prática de leitura com o objetivo de alfabetizar, as educadoras se expressaram da seguinte forma:

Faço uso de textos como: informativos de jornais, reflexivos musicais, históricos e até alguns que foram construídos por eles mesmos. (P 2).

Eu emprego textos que se relacionam com a temática ou o tema que irei trabalhar; identificando letras, sílabas e frases; relacionando as figuras ou gravuras com o estudo; alternando no nível de complexidade de acordo com os educandos; e dentro dos textos eu trabalho a interpretação e ilustração do tema, contextualizando o sócio-cultural do aluno; e textos dos alunos que foram produzidos por eles e que contenham assuntos da atualidade. (P 1).

Pode-se perceber que a professora com o perfil que respeita as especificidades dos alunos utilizando como metodologia textos que possuem relação com suas realidades. Ela faz uso de figuras e gravuras, mais sempre levando em consideração os educandos jovens e adultos. Conforme Gadotti (1996), muitos educadores alfabetizadores não conseguem levar em consideração as vivências que ocorrem no cotidiano dos alunos, se correlacionando com as figuras e as palavras estudadas. Criando situações nas qual essas figuras se tornam infantilizadas e acabam constringendo o adulto, colocando-o em uma situação de humilhação e desrespeito.

E relevante ressaltar que os jovens e adultos alfabetizados tiveram seu direito ao acesso a uma educação que atendesse suas necessidades desrespeitadas, e lhes foram negados na infância o acesso a educação por algum motivo. E ao regressarem a escola o seu direito a educação deve ser colocado em pratica como as afinco, para reafirma sua condição de adultos que possuem saberes adquiridos no decorrer das suas vivências. O professor da EJA precisa levar em consideração essas vivências na elaboração de suas metodologias a fim de aborda nos conteúdos abordados essas experiências, construindo uma ligação entre um saber científico e a vivencia dos educandos.

Em sala de aula o alfabetizador necessita colocar em pratica uma metodologia direcionada para o público de jovens e adultos através de livros e temáticas que trabalham o conteúdo sistematizado, juntamente com o conhecimento popular propiciando situações de aprendizagem que respeite seus conhecimentos de vida e sua bagagem cultural, obtida ao longo de sua história.

Ensinar e aprender tem que ver com o esforço metodicamente crítico do professor de desvelar a compreensão de algo e com o empenho igualmente crítico. O desrespeito à leitura de mundo do educando revela o gosto elitista, portanto antidemocrático, do educador que, desta forma, não escutando o educando, com ele não fala. Nele deposita seus comunicados (FREIRE, 1996, p. 74-7).

O ensinar necessita de uma posição verdadeira, sincera por parte do educador ,ele deve promover em sala de aula um ambiente no qual o educando aprenda, compreenda e critique,

de tal forma que desenvolva seu senso crítico, e sua prática de discordar. Para que esse processo aconteça, é fundamental que exista um diálogo, em que o educador escute o educando e o educando escute o educador, de uma forma respeitosa.

E quando a professora foi questionada sobre a elaboração de seu plano de aula e se ela considerava as orientações pedagógica direcionada para a alfabetização de jovens e adultos (pergunta 1 do questionário), a professora P3 responde: “os conteúdos direcionados a esse público são construídos com o intuito de simplificar e contribuir para o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever, tornando mais faces o dia-a-dia do aluno”.

A afirmação de que a proposta pedagógica para EJA se mostra como um instrumento fundamental para todo o professor da EJA é incontestável, visto que a orientação serve para aponta os procedimentos didáticos para o melhor planejamento das suas aulas a fim de desenvolver as competências que cada aluno possui.

A proposta curricular relativo ao 1º seguimento (series iniciais), que foi publicado em um único caderno, coloca em evidencia as disciplina de língua portuguesa, matemática e estudo das sociedades e da natureza, colocando de lado algumas disciplinas que estão ligadas as chamadas “línguas não verbais”, como por exemplo as disciplinas de educação física e educação artística, igualmente os estemas relacionados a educação para o trabalho (BRASIL, 2001,p.9).

A proposta curricular se relaciona ao planejamento e a avaliação e carrega um conjunto de bibliografia que foram empregadas em sua estrutura, além de conteúdos e práticas didáticas a serem desenvolvidas e aplicadas nas turmas da EJA , envolvendo sugestão e estratégia a serem usadas pelos educadores.

De acordo com a proposta curricular referente ao 1º seguimento da EJA, e seus diversos objetivos pode-se destaca alguns que corroboram com os objetivos desse estudo, que são:

- Dominar instrumentos básicos da cultura letrada, que lhes permitem melhor compreender e atuar no mundo em que vivem.
- Incorporar-se ao mundo do trabalho com melhores condições de desempenho e participação na distribuição da riqueza produzida.
- Aumentar a auto-estima, fortalecer a confiança na sua capacidade de aprendizagem, valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social.
- Reconhecer e valorizar os conhecimentos científicos e históricos, assim como a produção literária e artística como patrimônios culturais da humanidade.
- Exercitar sua autonomia pessoal com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais. (BRASIL, 1999, p.47-48)

É imprescindível que o docente avalie e analise esses objetivos ao desempenhar o seu plano de aula, em que se abrange estratégia por meio das quais os jovens e adultos fazem parte

diariamente de atividades programadas e idealizadas com o objetivo de promover uma aprendizagem progressiva do funcionamento da leitura e da escrita.

Para a realização desse estudo utilizei como instrumento de coletas de dados questionário aplicado com 3 professores, e com 20 alunos, sendo que com ele foi utilizado um questionário de 15 perguntas de múltipla escolha. Todo esse procedimento foi assistido pela pesquisadora, a fim de esclarecer possíveis dúvidas. E também por meio da observação da prática dos educadores em sala de aula.

A estruturação dos dados, foi realizado, seguindo preferencialmente, o nível de letramento dos alunos e a relevância da alfabetização e do letramento na EJA. E em algumas vezes, esses dados foram correlacionados com o gráfico e/ou tabelas, com o objetivo de visualizar as informações da melhor forma possível. Os alunos entrevistados foram identificados da seguinte forma: A1; A2; A3; A4; A5; A6; A7; A8; A9; A10; A11; A12; A13; A14; A15; A16; A17; A18; A19; A20.

Na tabela 1, é apresentado os perfis das professoras que participaram da entrevista, que serão representadas por P1, P2 e P3.

Tabela 1 – Perfil das professoras, sujeitos da pesquisa.

Professora	Idade	Formação	Situação Funcional	Escola em que atua	Tempo de Magistério	Tempo de serviço da escola atual.
P 1	35 anos	Graduada em pedagogia licenciatura.	Professora efetiva	U E B Evandro Bessa	10 anos	2 anos
P 2	40 anos	Graduada em artes licenciatura.	Professora efetiva	U E B Evandro Bessa	15 anos	3 anos
P 3	36 anos	Graduada em pedagogia e especialista no ensino de geografia.	Professora efetiva	U E B Evandro Bessa	8 anos	3 anos

Fonte: Entrevista individual com os professores participantes da pesquisa.

Baseado na tabela acima, vemos que os professores atuantes nas classes de Educação de Jovens e Adultos da escola pesquisada não possuem uma especialização para essa modalidade, e é importante o educador estar preparado para receber os seus alunos e propiciar um ambiente de aprendizado respeitando suas especificidades Freire (1996).

Na tabela a seguir será apresentado o perfil dos alunos entrevistados.

Tabela 2 – Perfil dos alunos entrevistados.

Nome	Idade	Ocupação
A 1	19	Desempregado
A 2	25	Tatuador
A 3	26	Domestica
A 4	30	Trabalha em um lava a jato
A 5	33	Domestica
A 6	33	Motorista
A 7	36	Desempregado
A 8	25	Do lar
A 9	40	Mecânico
A 10	45	Comerciante
A 11	26	Babá
A 12	29	Padeiro
A 13	37	Pedreiro
A 14	39	Desempregado
A 15	36	Atendente
A 16	35	Vendedor
A 17	41	Desempregado
A 18	34	Desempregado
A 19	36	Vendedor
A 20	42	Serviços gerais

Fonte: alunos da EJA do município de São Luis- MA, área rural (2018)

Através da tabela acima percebe-se que a maior parte dos alunos tem sua profissão e atua nela, e elas não precisam ter completados os estudos para trabalhar nelas, no entanto se analisarmos essas profissões é nítido que a remuneração em nosso país é baixa, em alguns casos nem oferecem carteira assinada, e tem jornadas de trabalho extensas, e quando esses alunos chegam a noite para estudar estão cansados e frustrados.

No processo das análises das informações obtidas, foi necessário transpor o desafio de dar sentido para a vivência e o que foi dito, como também se faz necessário enfrentar desafio de se apresentar por meio da escrita as informações recolhidas no processo da pesquisa. Sendo que essa análise foi constituída com base no tema central: Um Estudo do Processo de Alfabetização na EJA na Escola Municipal UEB Evandro Bessa.

A análise do questionário, a entrevista e a observação das aulas realizadas com professoras foi abordado no tópico “ Práticas de letramento: escola x cotidiano”.

E para colher os dados das entrevistas realizadas pelos alunos, foram separadas duas categorias, levando em consideração o questionário previamente elaborado, a saber: 1- As competências da leitura e da escrita, voltadas para as práticas letradas e os alunos estão envolvidos; 2 – A idade e o tempo declarado de estudos.

4.3.1 Práticas de letramento: escola x cotidiano

Soares (2006) evidencia a distinção presente entre os eventos e as práticas de letramento escolares e os eventos e as práticas de letramento sociais é de que o letramento social equivale aos saberes do mundo de que Freire (1970) se refere. Contudo o letramento escola refere-se às competências específicas em relação á adaptação das metodologias de leitura e escrita. E Freitas fala que:

Na escola, os eventos e práticas de letramento são planejados e instituídos, selecionados por critérios pedagógicas, com objetivos pré-determinados, visando á aprendizagem e quase sempre conduzindo a atividade de avaliação. A escola, de certa forma, automatiza as atividades de leitura e de escrita em relação as suas circunstâncias e usos sociais, criando seus próprios e peculiares eventos e suas próprias e peculiares práticas de letramentos. (Freitas, 2003, p.6).

Em nosso dia-a-dia, podem transcorrer eventos e práticas de letramento que acontecem na sociedade e mais especificamente na área profissional, desde que a compreensão possa dar sentido ao uso da leitura e das escritas nas vivências em que forem empregadas.

E levando esse pensamento em consideração sobre letramento conversei com a professora P3, e no decorrer da nossa conversa sobre seus alunos , falou que é importante a leitura dos alunos diariamente em sala de aula, e completa dizendo que: “alguns aprimoram as suas capacidades de ler, e alguns ainda estão silabando. E tento incorporar elementos que fazem parte de suas vivências”.

Nesse processo de apropriação na leitura e na escrita, é imprescindível que o educando tenha contato com livros que estimulem neles o interesse a leitura, e conseqüentemente o prazer de escrever, e para isso esses livros devem abordar assuntos de sua realidade e quando estava observando a aula da professora P 3, detectei o cuidado que ela tinha ao selecionar os textos usados em sala de aula e o que me surpreendeu que a mesma tem a sua especialização voltada para a geografia no entanto a um interesse da parte dela em promover um aprendizado significativo aos seus alunos, na qual não é tanto vivido nas outras professoras observadas.

E esse interesse não percebi de forma tão evidente dos educadores P1 e P2, pois o primeiro normalmente chegava em cima da hora em sala de aula e pedia para os alunos abrirem

o livro no assunto referente a aula e nas três observações que fiz as aulas desse professor, ele não trouxe textos ou outros recursos fora o livro didático, para estimular o hábito de leitura nos alunos, dentro da sua realidade como FREITAS (2003), aponta em seus estudos.

E o P2 realizava quase a mesma prática do primeiro, só com a diferença que, depois da primeira observação que fiz na sua aula perguntei para ela se já tinha experiência na EJA e ela respondeu “é meu segundo ano nessa modalidade e ainda estou pegando o jeito” e por ela ter uma graduação em artes, a mesma se encontrava meio perdida na maneira de se trabalhar com o público da EJA, durante a aula era bem nítido isso, no entanto nas outras duas percebi algumas diferenças, principalmente na última aula, quando ela trouxe um jornal para se trabalhar, e depois perguntando a ela sobre isso, ela falou que “durante o planejamento troquei algumas ideias com o educador P3 e ela me deu umas dicas e resolvi colocar em prática”.

De acordo com a pesquisa realizada, os alunos alfabetizando da EJA se encontram nesse nível de leitura e de escrita, como pode perceber por meio da tabela a seguir:

Tabela 4- Competências de leitura e de escrita

Níveis de leitura e de escrita	Quantidade
Lê e escreve com dificuldade.	05
Compreende o que lê, mas não escreve.	04
Não sabe ler, mas escreve.	11
Total	20

Fonte: Dados fornecidos pelos professores da escola pesquisada.

Conforme a tabela 4, os educandos demonstram dificuldades no que se diz respeito à leitura e a escrita, pois não conseguem compreender o que lêem, ou seja, esses alunos são analfabetos funcionais. Segundo os dados fornecidos pela UNESCO (2017), podem ser consideradas analfabetas funcionais os indivíduos que conseguem usar a leitura e a escrita, como também as habilidades matemáticas para cumprir as demandas exigidas pelo seu contexto social, empregando-as para dar continuidade aos aprendizados e se desenvolver ao longo da vida, entretanto não compreendem com clareza o que lêem e escrevem.

No que concerne as perguntas do questionário em conversas informais com os alunos pode-se perceber que quase unanimemente os alunos não são envolvidos em práticas de escrita ou de leituras supostamente desenvolvidas pelos professores. No que correspondem as práticas de leitura que ocorrem no cotidiano doméstico (em compras de produtos, lista de compras,

receitas culinárias e de remédio, comparando e se apropriando da imagem ao produto) as mulheres cuja a ocupação que era voltada para os afazeres do lar as respostas já foram diferentes, pois disseram que praticavam a leitura realizando essas atividades.

Na educação de jovens e adultos, os conteúdos e a metodologia aplicados em sala de aula necessitam ser pensados e elaborados a partir das especificidades e necessidades dos educandos, para que esses conhecimentos podem ajuda-los na sua vida cotidiana, dando ferramentas para usarem no trabalho ou até nas atividades domésticas, de forma a conseguirem ler anúncios simples, observa a data de validade de um produto, ler bula de remédio, fazer bilhetes simples, saber, pedir ou passar informações. E esses são alguns procedimentos letradas mais simples, mas no que se refere as práticas de letramento em uma perspectiva cultural (como ir a shows de músicas ou danças, ir ao teatro, ir a exposições de arte e museus), para boa parte, essa metodologia não condiz com sua realidade e vida cotidiana. E são essas praticas que senti falta quando observei as aulas do educador P1 nas primeiras aulas do educador P2.

Tabela 5- Práticas em que os alunos fazem parte.

	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
1. Ir ao cinema	00	01	05	14
2. Ir ao teatro	00	03	04	13
3. Ir a shows de música ou dança	05	09	00	06
4. Ouvir noticiário no rádio	10	10	00	00
5. Ouvir outros programas no rádio	10	06	04	00
6. Assistir as minisséries na TV	08	06	02	04
7. Assistir os jornais na TV	11	07	02	00
8. Assistir a filmes na TV	08	05	04	03
9. Assistir a outros programas na TV	06	08	03	03
10. Ir a museus ou exposições de arte	00	02	05	13

Fonte: Dados fornecidos por meio do questionário aplicado com alunos.

A tabela 5 aponta que, em geral os educandos possuem práticas de letramentos significativamente apropriados para o nível sócio econômico do nosso público alvo, uma vez que algumas metodologia letradas implicam em uma condição econômica mais favoráveis, pois comparecer a lugares como teatros, museus, cinemas, ir a shows, participar de exposição de artes, em nosso país, ainda não faz parte da realidade da maioria dos indivíduos, somente as pessoas que fazem partes da classe média e alta tem, oportunidade de frequentar esses lugares.

O letramento constitui-se da aplicação de práticas sociais de leitura e de escrita, assim como as manifestações culturais, tais como, quando assistem algum filme, e têm uma visão

crítica relacionada a temática trabalhada no filme; quando realizam uma leitura crítica de um trabalho de arte, de um poema e quando também conseguem interpretar receitas, manuais, recados e bulas de remédio. Sendo assim os hábitos linguísticos e culturais está ligada a cultura letrada.

As práticas de letramento agregam os sujeitos no mundo letrado, o que conduz a novos costumes. E para que esses efeitos continuem acontecendo, é necessário que a escola desempenhe seu papel promovendo uma alfabetização emancipadora, como Paulo Freire (2007) defendia, na qual o estado deve proporcionar aos alunos o acesso á educação, ao esporte, ao lazer, a cultura e ao desenvolvimento de toda a sua habilidade cognitiva, física e cultural.

Segundo Soares (1998), juntamente com a proposta freireana de alfabetização, deve ser revolucionária, como também crítica, pois, o objetivo dela seria ajudar o educando a resgata sua autoestima, construindo uma identidade forte, valorizando a sua cultura local e assim potencializando seus poderes com cidadão, dando ferramenta para acompanha o progresso da sociedade.

Por meio de conversas com os alunos das três turmas que observei, as práticas letradas que os alunos fazem parte são as que envolvem ouvir noticiários no rádio e assistir a jornais e filme na TV. E são essas práticas que ajudam esses alunos jovens e os adultos a desenvolverem uma visão mais críticas em relação a realidade que fazem parte, assim como também é um meio de se manterem em formado sobre os acontecimentos do nosso pais e do mundo em geral. E de acordo com a pesquisa realizada desse público não mostra um envolvimento significativos nas práticas letradas, como ir as exposições de arte, e as museus, e o grupo que tem o hábito mais frequentes de letramento que constituem a menor parte dos alunos.

A presença ativa da instituição escolar, referente a esse contexto, é de extrema importância nessa pesquisa, pois nos mostra a realidade vivida da escola pública, que pouco disponibilizar metodologia com o intuito de inserir esses alunos em práticas que favoreçam o letramento.

Por meio desse quadro, é nítido que essa instituição escola não consegue propiciar aos alunos da EJA pratica letradas. Por esse motivo, os educadores e todo o corpo docente necessita reavaliar suas metodologias e conseqüentemente mudar sua postura em relação a escola no que se refere a inclusão desses alunos.

E durante as observações das aulas dos professores pude detectar a em vários momentos a realidade dos alunos ainda não são levados em consideração na aplicação das aulas, apesar dos professores afirmarem que sabem a importância de ser levado em consideração a vivencia do educando no planejamento das aulas.

Tabela 6. Considerando faixa etária e tempo declarado de estudo

Identificação dos alunos	Idade	Quantos anos afastados (as) da escola	Ano de Desistência	Escolarização
A 1	19	00	6 anos	Alfabetização
A 2	25	12	3 anos	Alfabetização
A 3	26	10	2 anos	Alfabetização
A 4	30	13	5 anos	Alfabetização
A 5	33	15	8 anos	Alfabetização
A 6	33	14	7 anos	Alfabetização
A 7	36	20	10 anos	Alfabetização
A 8	25	7	3 anos	Alfabetização
A 9	40	22	12 anos	Alfabetização
A 10	45	30	20 anos	Alfabetização
A 11	26	10	5 anos	Alfabetização
A 12	29	16	8 anos	Alfabetização
A 13	37	16	4 anos	Alfabetização
A 14	39	19	7 anos	Alfabetização
A 15	36	12	6 anos	Alfabetização
A 16	35	15	9 anos	Alfabetização
A 17	41	20	10 anos	Alfabetização
A 18	34	14	8 anos	Alfabetização

A 19	36	15	5 anos	Alfabetização
A 20	42	20	11 anos	Alfabetização

Fonte: Dados fornecidos por meio do questionário aplicado com alunos.

Quando conversei com alguns alunos percebi que vários já estavam a um tempo afastados da comunidade escolar e somando com os dados da tabela 3 nos mostram que essas pessoas foram negligenciados pela sociedade juntamente com a comunidade escolar. Segundo o que afirma Rojo (2009), “no Brasil a relação da escola com os meios populares é considerados de exclusão e de fracasso”. Conforme as conversas que eu tive e a tabela acima, é evidente o grande número de alunos que abandonaram a escola ou que são reprovados nas series iniciais, o que se confirma pela quantidade de tempo em que ficaram afastado da comunidade escolar. E isso mostra de maneira significativa o fracasso escolar, pois o normal seria que esses alunos continuassem seus estudos e não os interrompesse por vários anos.

Essa é a realidade excludente da escola no Brasil – homens trabalhadores e chefes de família devem esta no mundo do trabalho não qualificado, mão de obra barata, e não mais na escola. Isso aconteceu mesmo na ultima década do século passado, onde o acesso universal ao ensino fundamental foi garantido, mais não, como vimos, a permanência e o sucesso escolar dos meios populares (ROJO, 2009, p.21).

Pode-se considerar que ainda em todos os sentidos, na sociedade brasileira, as classes populares sofrem por causa da exclusão escolar, como também pela falta de oportunidade, que proporcionem a sua permanência na escola e conseqüentemente no mundo letrado, não tendo seus direitos respeitados, e esse farto conduz na ausência de chances para concluir seus estudos e obterem um emprego digno.

5 CONCLUSÃO

Esse trabalho teve como objetivo propiciar a reflexão sobre as metodologias de alfabetização no ensino da EJA, e suas práticas educativas, e que elas precisam ser diferenciadas, para suprir as necessidades do público da EJA.

No que se refere a EJA as diferenças que permeiam no ensino regular são diversas, acarretadas pela idade, experiências vividas pelos educandos, suas culturas e crenças diversificadas, na qual mostra a importância de se trabalhar de forma diferenciada buscando métodos de ensino que contemple sua realidade vivida. Os educandos adultos consideram o estudo um assunto sério, pois já passaram por situações que os impossibilitaram de continuarem seus estudos e quando retornam à escola, eles buscam melhoria de vida, e sabem que podem conseguir isso através da educação.

Por isso é dever do educador dessa modalidade de ensino refletir sobre suas metodologias pedagógicas, tendo em conta a subjetividade de cada indivíduo respeitando seus saberes empíricos, compreendendo que como educador, faz parte de uma grande responsabilidade social e educacional, na qual é o mediador do conhecimento desses alunos, visando o avanço no conhecimento, e proporcionando novas aprendizagens.

A EJA possui um papel imprescindível no e do conhecimento, dispendo de um grande potencial de tornar o espaço de aprendizagem em um ambiente acolhedor, dando aos alunos um local para tirar suas dúvidas, medos e questões, o que abre oportunidades de ampliar o desenvolvimento intelectual. Mediante o reconhecimento da realidade dos alunos por parte do educador, pode mostrar que a educação tem sua importância na vida do aluno, sendo um mediador do conhecimento, construindo juntamente com eles, pensamentos críticos atrelados aos valores e postura ética.

Ficou evidente nessa pesquisa que em algum momento da trajetória da vida desses educandos lhe foram negados o acesso à escola, e muitas vezes isso está atrelado a sua situação socioeconômica. No entanto a EJA é uma ferramenta primordial para fazer com que os sujeitos acreditem em seu potencial e permaneçam na escola para concluírem seus estudos, e o corpo docente em um todo deve acolhê-los, contradizendo a exclusão que sofreram em algum período de sua vida.

Nessa perspectiva a EJA tem a missão de reparar e equilibrar, trazendo consigo repercussões que possibilitam uma transformação social, viabilizando a construção de uma sociedade emancipada. Por esse motivo não é possível contestar que a educação é uma ação política.

Conforme mostra os resultados dessa pesquisa, nos permite deduzir que alguns educadores ainda sentem momentos dificuldades de empregar práticas metodologias baseadas nos estudos de Paulo Freire, apresentado aos alunos temas geradores existentes no contexto social do educando, apesar de que os momentos que passa como aluno seja diminuído pelas constantes dificuldades existentes no cotidiano escolar.

E o estado necessita investir mais em formações continuadas, para que o educador esteja mais preparado para o público tão específico que a modalidade da EJA apresenta, visando o crescimento do professor, para que o mesmo possa propiciar ao educando um ensino de qualidade.

É de extrema importância que o professor tenha conhecimentos dos elementos que compõem o cotidiano do seu educando, pois isso ajuda na elaboração dos planos de aulas, pois eles atenderam as necessidades do aluno, proporcionando uma alfabetização e letramento voltados para o crescimento do conhecimento crítico, dando ferramentas para que o educando cresça na sociedade, deixando seu lugar de “marginalizado”, que outrora ocupava. Portanto essa pesquisa buscou mostrar a relevância de práticas pedagógicas específicas, para que o processo de alfabetização aconteça de forma a atender de forma integral a formação do público da EJA.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARROYO, Miguel Gonzales. **A atualidade da educação popular**. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v.11, n.19, p.129-137, jan./jun. 2002.

_____. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão**. In: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília, DF: UNESCO, MEC, 2005 a. Disponível em: Acesso em: mai. 2019.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL**. História da Educação no Brasil. Período do Regime militar. Pedagogia em foco, Vitória 1993, Disponível em < <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.html>>. Acesso em: 03 de abril de 2018.

BRASIL. **Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos** (V: 1997: Hamburgo, Alemanha): Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro. Brasília: Sesi/UNESCO, 1999.

_____. **1997 a**. Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC/SEF, 10 volumes.

_____. **1998**. Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries). Brasília: MEC/SEF.

_____. **1988. Constituição da República Federativa do Brasil**. Vade Mecum acadêmico de direito. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2012; BRASIL, Ministério da Educação.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1934**. Institui a Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1934.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=532849&seqTexto=15246&PalavrasDestaque=>>> Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 22 mai. 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília-1998. Integral. Constituição de 1998. Brasília-DF.

_____. MEC. 1995. Parâmetros Curriculares Nacionais – Documento Introdutório. Versão Preliminar. Brasília: MEC/SEF, novembro.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. São Paulo: Ação Educativa/ Brasília: MEC, 1999.

_____. Ministério da Educação (MEC). Módulo Competências Básicas/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 3 ed. Brasília: MEC. FNDE, 2009.

_____. Ministério de Educação e Cultura, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. Documento básico Mobral. Rio de Janeiro, 1973, p. 67.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. I, II, III.

_____. Unesco, 2003.

_____. Unesco, 2017.

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria Vidal. **Ensino médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco:** considerações sobre a mercantilização da educação pública. In Schargel, F.P., & Smink, J. (2002). Estratégias para auxiliar o problema de evasão escolar. Rio de Janeiro: Dunya.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização sem o bá-bé-bi-bó-bu.** São Paulo: Spicione, 1998.

CARVALHO, Marlene. **Primeiras Letras:** Alfabetização de Jovens e Adultos em espaços populares / Marlene Carvalho- 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisa em ciências aplicadas:** métodos e técnicas / Astor Antônio Diehl e Denise Carvalho Tatim. – São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade:** qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler.** 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2002.

_____. **Conscientização teoria e prática de libertação.** São Paulo. Cortez e Moraes, 1979.

_____. **Educação como prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários á Prática Educativa/ Paulo Freire. 39ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade:** qual o sentido?. São Paulo: Paulus, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Novo Dicionário Aurélio.** 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz. Práticas de letramento (s) escolar de professores formadores de professores e de alunos professores: que relação estabelecer? São Paulo, 2003.

GADOTTI, M; ROMÃOJ. E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 7. Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo. Cortez: instituto Paulo Freire 1996, p.69-115.

_____. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta, 6. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2003.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**/Paulo Ghiraldelli JR. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIUBILEI, Sonia. **Trabalhando com adultos, formando professores**, 1993, 211p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, mai. /jun./Jul./Ago. 2000, nº 714, p.108-130. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2019.

LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCUSCHI, L.A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo, Cortez, 2001.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social – Ensaio sobre o Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. Educar, n.29, p.83-100, Curitiba: UFPR, 2007.

PAIVA, V. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola 1973. v. 1. (Temas Brasileiros, 2).

PERONI, Vera Maria Vidal. **Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil**. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 15-34.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: Perspectivas para o campo da etnomusicologia.** Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/claves/pdf/claves02/ claves_2_pesquisa_quantitativa.pdf>. Acesso em 05 jun. 2019.

RANGEL, Elba Alonso. **Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil: problema estrutural para o desenvolvimento nacional.** 2011. Trabalho de Conclusão de curso (Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: Acesso em: 10 de março 2019.

RIBEIRO, V.M.M. (Org.) **Educação para Jovens e Adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento – São Paulo: Ação Educativa: Brasília: MEC, 2001.**

ROJO, Roxane. **Letramento múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROMÃO, L. M. S. **O dizer dos documentos oficiais: a normatização como efeito de sentidos sobre a biblioteca escolar.** ACB, Florianópolis, v.13, n.2, p. 323.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Uma Análise Histórico-Crítica.** Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v. 5, n. 2, Nov. 2006. 15 p. Acesso em: 08 de abr. de 2014. Disponível em: <<http://revistas.facecla.com.br/index.php/reped/article/view/287>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SCOZ, B. **Psicopedagogia e realidade escolar, o problema escolar e de aprendizagem.** Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, Ceris Salete Ribas da. **O processo de alfabetização no contexto de ensino fundamental de nove anos. Coleção explorando o ensino.** 2010.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura.** 5ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SOARES, Leôncio José Gomes. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. In: RAAAB, alfabetização e Cidadania – políticas Públicas e EJA.** Revista de EJA, n.17, maio de 2004.

SOARES, Magda Becker. **Letrar é mais que alfabetizar.** Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/~edpaes/Magda.html>, acesso em 12 de abril de 2018.

SOARES, Magda. **A reinvenção da alfabetização.** Revista presença pedagógica, V.9, n. 52. Jul/ago. 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2ed. Belo Horizonte Autêntica, 2006.

SOEK, Ana Paula. **Fundamento e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos.** Curitiba: Fael, 2010. Disponível em: Acesso em: 11 de abril de 2018.

STEPHANOU; B. DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, 2001, p. 61.

STRELHOW, T. B. **Breve História Sobre A Educação De Jovens E Adultos No Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

WERNECK, Hamilton. **Se a boa escola é a que reprova, o bom hospital é o que mata**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário Apresentado à Professora



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
CURSO DE PEDAGOGIA

Solicita sua colaboração respondendo às questões abaixo, pertinente à sua compreensão sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Este questionário contribuirá para a construção da monografia, intitulada:
**UM ESTUDO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EJA NA ESCOLA
MUNICIPAL UEB EVANDRO BESSA.**

- Informações pessoais;

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: Masculino () Feminino ()

Qual o seu grau de escolaridade?

() Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo

() Pós-graduação: _____ () Mestrado: _____

Tempo na qual atua na área: _____

1. Você constrói e executa seu planejamento em sala de aula com base nas orientações da proposta pedagógica voltadas para a alfabetização de Jovens e Adultos? Discorra.

2. Os seus alunos fazem uso diário de materiais de leitura oferecidos na sala de aula?

3. Nas reuniões de planejamento pedagógico, são traçadas metodologias a serem realizadas em sala de aula, para o melhor aprendizado dos Jovens e Adultos com base nas suas dificuldades? Discorra.

4. Quais os gêneros textuais você seleciona para trabalhar a prática da leitura e escrita dos seus alunos?

5. Como educador da modalidade da EJA, você procura saber a realidade dos seus educandos? E isso influencia na sua prática em sala de aula?

6. Você acha que os alunos da EJA necessitam de uma metodologia diferenciada? Porquê?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
CURSO DE PEDAGOGIA

Solicita sua colaboração respondendo às questões abaixo, pertinente à sua compreensão sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Este questionário contribuirá para a construção da monografia, intitulada:
UM ESTUDO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EJA NA ESCOLA MUNICIPAL UEB EVANDRO BESSA.

- Dados pessoais.

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: Masculino () Feminino ()

Profissão: _____

- No processo de leitura e de escrita, onde você se encontra?
 - () Ler e escreve com facilidade.
 - () Compreende o que lê, mas não escreve.
 - () Não sabe ler, mas escreve.
- Referente as atividades, listadas a baixo, quais você tem costume de fazer? (pode marcar, mais de uma opção)
 1. Fazer lista de compras.
 - () Nunca () Às vezes () Sempre
 2. Pesquisar os valores dos produtos, antes de comprar.
 - () Nunca () Às vezes () Sempre

3. Anotar em listas as coisas que precisa fazer.
 Nunca Às vezes Sempre
4. Ler cartas de amigos e familiares.
 Nunca Às vezes Sempre
5. Realizar depósitos ou saques em caixas eletrônicos.
 Nunca Às vezes Sempre
6. Ler bulas de remédios.
 Nunca Às vezes Sempre
7. Copiar, anotar ou criar receitas.
 Nunca Às vezes Sempre
8. Fazer reclamações referentes a algum produto ou serviço de má qualidade que adquiriu.
 Nunca Às vezes Sempre
9. Olhar a data de validade do produto antes de comprar.
 Nunca Às vezes Sempre
10. Procurar promoções ou ofertas em jornais, ou folhetos de lojas.
 Nunca Às vezes Sempre
11. Ler as correspondências que recebe em sua casa.
 Nunca Às vezes Sempre
12. Pedir para outra pessoa que escreva cartas para seus amigos ou familiares.
 Nunca Às vezes Sempre
13. Deixar bilhetes simples para alguém.
 Nunca Às vezes Sempre
14. Procurar algum fiscal no terminal em caso de dúvida de qual ônibus pegar.
 Nunca Às vezes Sempre
15. Procurar no catálogo telefones do seu interesse.

() Nunca () Às vezes () Sempre

- Assinale com que frequência você participa dessas atividades.

	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
1. Ir ao cinema				
2. Ir ao teatro				
3. Ir a shows de música ou dança				
4. Ouvir noticiário no rádio				
5. Ouvir outros programas no rádio				
6. Assistir as miniséries na TV				
7. Assistir os jornais na TV				
8. Assistir a filmes na TV				
9. Assistir a outros programas na TV				
10. Ir a museus ou exposições de arte				

ANEXOS

ANEXO A-



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

CURSO DE
PEDAGOGIA

Ofício nº 03/2018 – D.C. PEDAGOGIA

São Luis, 23 de Fevereiro de 2018

A(o)

Sr(a),

Diretor(a) do(a)

Luizina Silva

Assunto: Solicitação de realização de pesquisa

Senhor (a) Diretor (a),

Solicitamos a V.Sa. autorização para a aluna do Curso de Pedagogia Licenciatura, **Tábata Akiane de Sousa Guimarães**, realizar pesquisa nesta Instituição, com o objetivo de enriquecer seu trabalho de conclusão de curso, orientado pela Professora Ma. Ana Carla Vale Lago.

Atenciosamente,

Edinalva S. Barbosa
Edinalva S. Barbosa
Sec. Pedagogia UEMA
Mat: 4053